

PM-CE

500 questões gabaritadas
Soldado



CÓD: SL-072AB-25
7908433273691

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa / Interpretação de Textos	5
2. Raciocínio Lógico	61
3. Noções de Administração Pública Ética no Serviço Público	77
4. Ética no Serviço Público	85
5. Noções de Direito Constitucional.....	93
6. Direitos Humanos	111
7. Noções de Direito Penal Militar / Processo Penal Militar	129
8. Noções de Direito Penal e Processo Penal.....	159
9. Noções de Criminologia	177
10. Segurança Pública	189

LÍNGUA PORTUGUESA / INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

1. CEV UECE - 2024

Leia o Texto.

A IA, os causídicos e o ChatGPT

O jornal espanhol El País fez interessante editorial sobre a coqueluche (ou a pandemia) do momento: a tal inteligência artificial ChatGPT.

Com o tempo, cada vez mais os sistemas IA farão interfaces com nossos dispositivos e se tornarão uma espécie de oráculos de nossas atividades profissionais.

É por isso que o jornal chama a atenção: **há riscos nisso** e devemos tomar medidas para mitigá-los antes que eles se tornem uma unanimidade. Uma **IA Dependência** (a palavra é minha).

Prós: sua capacidade de analisar grandes quantidades de dados e fazer previsões oferece uma assistência valiosa na previsão de desastres, diagnóstico de doenças, gerenciamento de recursos a longo prazo e eficiência no transporte. Suas habilidades já aliviam muitos meios de comunicação de acompanhar as flutuações da bolsa de valores, transmitir o futebol de ligas menores ou prever o tempo. E servem à educação, oferecendo a possibilidade de reforço personalizado em disciplinas especializadas, desde a matemática até o latim.

Contras: o fato é que não podemos automatizar estas funções sem mitigar as prováveis desigualdades que cresceriam exponencialmente, por exemplo, entre aqueles que mantêm acesso cada vez mais privilegiado a médicos, professores, secretários e jornalistas. Isto é: uma IA excludente.

Mais: a automação de serviços oferece vantagens econômicas às empresas, que podem estar abertas 24 horas por dia, sete dias por semana, sem pagar salários ou previdência social. Ao mesmo tempo, porém, constitui um risco para a privacidade e o cuidado do usuário, paciente e cidadão.

O ponto: é imperativo estabelecer diretrizes e regulamentos claros que garantam um princípio de transparência e responsabilidade no desenvolvimento e implementação de modelos automatizados, particularmente em empréstimos, saúde, contratação ou justiça criminal.

A diretriz ética inegociável: nenhuma IA pode nos substituir ou tomar decisões por nós; apenas nos ajudar a decidir, diagnosticar, pensar melhor.

Dilemas e perplexidades: como evitar assimetrias que surgirão entre aqueles com acesso privilegiado aos dados e à gestão de plataformas digitais e os nossos interesses, necessidades e diretrizes regulatórias?

Efeitos colaterais: altos custos ambientais. Modelos de treinamento como o GPT-3 exigem grandes quantidades de solo, minerais, fluidos, energia e capacidade computacional, e geram quantidades industriais de resíduos e gases de efeito estufa.

Conselho: devemos colocar nossa casa em ordem antes de deixá-la nas mãos da inteligência artificial. A pergunta: **temos a casa em ordem?**

Na rede social, ouvi (e assisti a) um diálogo em que um advogado diz que, no seu escritório, os advogados e estagiários usam o Google Bard e o ChatGPT para fazer petições. O que levava dias, agora leva apenas algumas horas. Acentua, ainda, que o advogado que hoje não entende que ele tem que usar a inteligência artificial do Google, perde mercado. Segundo o causídico, atualmente a competição não se dá entre advogados, e, sim, entre o advogado que usa inteligência artificial e o que não usa. E o diálogo se encerra com a “advertência de uma advogada”, com ar professoral: **ou você usa o recurso para se aprimorar ou você está fora do mercado;** não tem o que fazer, não tem como você ficar criticando a inteligência artificial, ela não vai sumir.

E há um dado que é um chute na canela dos usuários da IA: o ChatGPT já faz textos melhores que a ampla maioria – mas ampla, mesmo – dos formados em Direito. **O ChatGPT é melhor que o seu usuário.** Bem feito. Perdeu, mané. Daí a pergunta: somos capazes de construir máquinas que fazem as coisas melhores que nós e nós mesmos não conseguimos ser melhores do que somos? Será o nosso fim?

Não, não respondam.

Lenio Luiz Streck é professor, parecerista, advogado e sócio fundador do Streck & Trindade Advogados Associados: www.streckadvogados.com.br. Disponível em: <https://conjur.com.br>. 14/03/2024. Acesso em 18/08/2024. Adaptado.

A sequência cujas palavras são acentuadas pela mesma regra é:

- (A) oráculos – mitigá-los – espécie.
- (B) saúde – deixá-la – será.
- (C) mantêm – prováveis – até.
- (D) inteligência – resíduos – secretários.

2. CEV UECE - 2023

Texto

A coruja e a águia, depois de muita briga, resolveram fazer as pazes.

– Basta de guerra – disse a coruja. – O mundo é tão grande, e tolíce maior que o mundo é andarmos a comer os filhotes uma da outra.

– Perfeitamente – respondeu a águia. – Também eu não quero outra coisa.

– Nesse caso, combinemos isto: de agora em diante, não comerás nunca os meus filhotes. – Muito bem. Mas como vou distinguir os teus filhotes?

– Coisa fácil. Sempre que encontrares uns borra-chos lindos, bem-feitinhos de corpo, alegres, cheios de uma graça especial que não existe em filhote de nenhuma outra ave, já sabes, são os meus.

– Está feito! – concluiu a águia. Dias depois, andando à caça, a águia encontrou um ninho com três monstrengos dentro, que piavam de bico muito aberto.

– Horríveis bichos! Vê-se logo que não são os filhos da coruja – disse ela, e comeu-os. Mas eram os filhos da coruja. Ao regressar à toca, a triste mãe chorou amargamente o desastre e foi ajustar as contas com a rainha das aves.

– Quê? – perguntou esta, admirada. – Eram teus filhos aqueles monstrenginhos? Pois, olha, não se pareciam nada com o retrato que deles me fizeste...

Disponível em: <<http://pensador.uol.br/autor/esopo>>. Acesso em: fev.2023. Adaptado

Assinale a opção cujas palavras têm o grafema grifado com o fonema /z/ como em “pazes”.

- (A) existe – caso
- (B) resolveram – distinguir
- (C) fazer – tolice
- (D) pareçe – coisa

3. CEV UECE - 2023

Texto

A coruja e a águia^a, depois de muita briga, resolveram fazer as pazes.

– Basta de guerra – disse a coruja. – O mundo é tão grande, e tolíce maior que o mundo é andarmos a comer os filhotes uma da outra.

– Perfeitamente – respondeu a águia. – Também eu não quero outra coisa.

– Nesse caso, combinemos isto: de agora em diante, não comerás nunca os meus filhotes. – Muito bem. Mas como vou distinguir os teus filhotes?

– Coisa fácil. Sempre que encontrares uns borra-chos lindos, bem-feitinhos de corpo, alegres, cheios de uma graça especial que não existe em filhote de nenhuma outra ave, já sabes, são os meus.

– Está feito! – concluiu a águia. Dias depois, andando à caça, a águia encontrou um ninho com três monstrengos dentro, que piavam^c de bico muito aberto.

– Horríveis bichos! Vê-se logo que não são os filhos da coruja – disse ela, e comeu-os. Mas eram os filhos da coruja. Ao regressar à toca, a triste mãe chorou^d amargamente o desastre e foi ajustar as contas com a rainha^b das aves.

– Quê? – perguntou esta, admirada. – Eram teus filhos aqueles monstrenginhos? Pois, olha, não se pareciam nada com o retrato que deles me fizeste...

Disponível em: <<http://pensador.uol.br/autor/esopo>>. Acesso em: fev.2023. Adaptado

No tocante aos encontros vocálicos sublinhados, é correto afirmar que

- (A) “águia” tem um tritongo.
- (B) “rainha” tem um ditongo decrescente.
- (C) “piavam” tem um hiato.
- (D) “chorou” tem um ditongo crescente.

4. CEV UECE - 2023

TEXTO I

Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no contexto escolar: possibilidades

Ao longo das últimas décadas, as tecnologias digitais da informação e comunicação, também conhecidas por TDICs, têm alterado nossas formas de trabalhar, de se comunicar, de se relacionar e de aprender. Na educação, as TDICs têm sido incorporadas às práticas docentes como meio para promover aprendizagens mais significativas, com o objetivo de apoiar os professores na implementação de metodologias de ensino ativas, alinhando o processo de ensino-apren-

dizagem à realidade dos estudantes e despertando maior interesse e engajamento dos alunos em todas as etapas da Educação Básica.

As razões pelas quais as tecnologias e recursos digitais devem, cada vez mais, estar presentes no cotidiano das escolas, no entanto, não se esgotam aí. É necessário promover a alfabetização e o letramento digital, tornando acessíveis as tecnologias e as informações que circulam nos meios digitais e oportunizando a inclusão digital.

Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular contempla o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas ao uso crítico e responsável das tecnologias digitais tanto de forma transversal – presentes em todas as áreas do conhecimento e destacadas em diversas competências e habilidades com objetos de aprendizagem variados – quanto de forma direcionada – tendo como fim o desenvolvimento de competências relacionadas ao próprio uso das tecnologias, recursos e linguagens digitais –, ou seja, para o desenvolvimento de competências de compreensão, uso e criação de TDICs em diversas práticas sociais.

[...]

Nesse contexto, é preciso lembrar que incorporar as tecnologias digitais na educação não se trata de utilizá-las somente como meio ou suporte para promover aprendizagens ou despertar o interesse dos alunos, mas sim de utilizá-las com os alunos para que construam conhecimentos com e sobre o uso dessas TDICs.

[...]

Em resumo, incorporar as TDICs nas práticas pedagógicas e no currículo como objeto de aprendizagem requer atenção especial e não pode mais ser um fator negligenciado pelas escolas. É preciso repensar os projetos pedagógicos com o olhar de utilização das tecnologias e recursos digitais tanto como meio, ou seja, como apoio e suporte à implementação de metodologias ativas e à promoção de aprendizagens significativas, quanto como um fim, promovendo a democratização ao acesso e incluindo os estudantes no mundo digital. Para isso, é preciso fundamentalmente revisitar a proposta pedagógica da escola e investir na formação continuada de professores.

Além do uso das tecnologias para apoio à prática do ensino, como apresentações digitais, mostras de vídeos etc., e para o desenvolvimento de pesquisas, alguns relatos propõem o uso das TDICs para promover a criação de conteúdos digitais. Uma possibilidade para isso é o uso de softwares para a elaboração de

histórias em quadrinhos (HQs). Outra possibilidade está na criação de conteúdos midiáticos ou multimidiáticos. Com o uso de ferramentas simples e acessíveis, os alunos podem criar áudios e vídeos para compartilhar as aprendizagens de uma aula ou sequência didática. Que tal conhecer algumas dessas possibilidades?

MINISTÉRIO da Educação. *Tecnologias digitais da informação e comunicação no contexto escolar: possibilidades*. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/193-tecnologias-digitais-da-informacao-e-comunicacao-no-contexto-escolar-possibilidades>. Acesso em: 14 fev. 2023

Assinale a opção que apresenta a **correta** relação entre o número de grafemas e o de fonemas, com as respectivas justificativas.

(A) INFORMAÇÃO → O número de fonemas é maior que o número de grafemas, devido à presença de um dífono.

(B) IMPLEMENTAÇÃO → O número de fonemas é menor que o número de grafemas, devido à presença de dois dígrafos vocálicos.

(C) COMUNICAÇÃO → O número de fonemas é menor que o número de letras, devido à presença de dígrafo consonantal.

(D) SEQUÊNCIA → O número de fonemas é maior que o número de letras devido à presença de dois dífonos.

5. CEV UECE - 2022

A Gravidade da Questão Indígena no Brasil

Estamos diante de um dos mais graves desafios que se tem notícia quanto ao extermínio de povos indígenas em nosso país. Um absurdo inominável

O Brasil há décadas vem enfrentando diversas e sérias crises, incluindo crise política, econômica, social, ambiental/ecológica e cultural, as quais têm se agravado tanto pela presença da pandemia do coronavírus quanto pela visão conservadora e retrógrada dos atuais governantes, tanto no plano federal quanto em diversos estados e municípios.

No que concerne à questão indígena, diversos organismos e estudiosos nacionais e internacionais têm denunciado que um GENOCÍDIO está em curso em nosso país e tudo indica que pode se transformar em uma tragédia humana de proporções catastróficas no Brasil, afetando a vida, a cultura e as formas de subsistência e sobrevivência dos povos indígenas, principalmente na Amazônia Legal, crime este já denunciado no Tribunal Internacional de Haia e outros organismos internacionais. Pior é que esta tragédia humanitária

acontece ante a omissão e conivência de autoridades e organismos públicos a quem caberia defender os interesses dos povos indígenas.

Todas essas atrocidades podem ser simplesmente legalizadas nos termos de projeto de Lei (PL- 490) que tramita no Congresso Nacional, bem como ação que está sob análise do Supremo Tribunal Federal, o chamado Marco Temporal.

No Brasil existem aproximadamente 114 grupos indígenas que desconhecem o jogo político em Brasília, mas podem vir a ser totalmente afetados pelas decisões tomadas naquele tabuleiro. O jornalista Gil Alessi conta como estes povos isolados na Amazônia Legal, que, por decisão própria, não possuem nenhum contato com a sociedade — podem ser extintos caso o PL 490/2007 seja aprovado.

O projeto, que autoriza as possibilidades de contato com as aldeias dos rincões amazônicos, abre as portas para o “genocídio” indígena. Em tramitação na Câmara dos Deputados, o PL é “uma rede de atos de cunho legislativo ou administrativo que desmantelam o arcabouço desenhado ao longo das últimas três décadas para garantir a igualdade formal e material dos povos indígenas no Brasil”, escrevem Laura Trajber Waisbich e Ilona Szabó, do Instituto Igarapé.

Ademais, vale a pena ler e refletir sobre a avaliação do Conselho Indígena Missionário (CIMI) quanto aos riscos que a aprovação do PL 490 pelo Congresso Nacional - e se o mesmo vier a ser sancionado pelo Presidente da República - representa para o presente e o futuro dos povos indígenas no Brasil.

“A proposta altera o Estatuto do Índio (Lei 6.001/1973) e atualiza o texto da PEC 215, uma das maiores ameaças aos direitos indígenas que já tramitou no Congresso. O projeto permite a supressão de direitos dos indígenas garantidos na Constituição, entre eles, a posse permanente de suas terras e o direito exclusivo sobre seus recursos naturais.

O projeto de lei permite a implantação de hidrelétricas, mineração, estradas e arrendamentos, entre outros, eliminando a consulta livre prévia e informada às comunidades afetadas. A proposta permite retirar o “usufruto exclusivo” dos indígenas de qualquer área “cuja ocupação atenda a relevante interesse público da União” Vai viabilizar ainda a legalização automática de centenas de garimpos nas Tis (terras indígenas), hoje responsáveis pela disseminação da Covid-19, a contaminação po mercúrio, a destruição de nascentes e rios inteiros e o desmatamento.”

Estamos vivendo tempos sombrios no Brasil, ao invés das conquistas aprovadas pela Assembleia Nacional Constituinte e que foram incorporadas na Constituição (cidadã) de 1988 serem implementadas ao longo dessas mais de três décadas, o que temos visto é a supressão de diversas dessas conquistas através de Emendas Constitucionais (atualmente já mais de uma centena) que desfiguram completamente a vontade da Constituinte, por Legislaturas, cujos deputados e senadores não foram eleitos para revisar a Constituição de 1988, mas que o fazem através desses subterfúgios, atendendo aos interesses de grupos econômicos, nacionais e internacionais, e forças poderosas que atuam indiretamente através de representantes eleitos no Legislativo ou no Executivo.

Estamos diante de um dos mais graves desafios que se tem notícia quanto ao extermínio de povos indígenas em nosso país. Um absurdo inominável. Alguma coisa precisa ser feita com urgência a fim de impedir e acabar com este genocídio silencioso.

JUACY DA SILVA, professor universitário, fundador, titular e aposentado UFMT, sociólogo, mestre em sociologia, colaborador de diversos veículos de comunicação.

Disponível: <https://www.ecodebate.com.br/2021/07/08/a-gravidade-da-questao-indigena-no-brasil/> Texto adaptado Acesso em 05/12/2021

Assinale a opção cujas palavras estão corretamente classificadas quanto à tonicidade.

- (A) material; invés; união [OXÍTONAS]
- (B) área; extermínio; própria [MONOSSÍLABAS TÔNICAS]
- (C) décadas; análise; públicos [PAROXÍTONAS]
- (D) inominável; coronavírus; responsáveis [PROPAROXÍTONAS]

6. CEV UECE - 2022

Texto

Irã volta a impedir entrada de mulheres em jogos de futebol

Por France Presse

A entrada de mulheres em um estádio de futebol voltou a ser proibida no Irã: desta vez, para assistir a uma partida entre as seleções masculinas de seu país e a do Líbano, pelas eliminatórias da Copa do Mundo, informou a imprensa iraniana. A partida, vencida pelo Irã por 2x0, foi disputada no estádio Imã Reza, na cidade de Mashhad, no nordeste do país.

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. FCC - 2022

Para entrar em um sistema computacional, o usuário deve digitar sua senha duas vezes seguidas e responder três perguntas de verificação. Se a senha for digitada corretamente nas duas oportunidades ou se nenhuma das três respostas estiver errada, então o usuário tem acesso ao sistema. Caso contrário, aparece na tela uma mensagem de erro.

Uma pessoa completou o processo para entrar nesse sistema, mas, ao final, apareceu na tela uma mensagem de erro. Nessas condições, é **correto** concluir que essa pessoa, necessariamente,

- (A) errou a digitação da senha em pelo menos uma oportunidade e acertou, no máximo, duas perguntas de verificação.
- (B) errou a digitação da senha em pelo menos uma oportunidade ou errou ao menos uma das três perguntas de verificação.
- (C) não digitou a senha corretamente nas duas oportunidades e errou as três perguntas de verificação.
- (D) não digitou a senha corretamente nas duas oportunidades ou não acertou nenhuma das três perguntas de verificação.
- (E) errou a digitação da senha nas duas oportunidades ou não acertou uma das três perguntas de verificação.

2. FCC - 2022

A negação da afirmação: “não ficou doente e vai ficar em casa” é:

- (A) Ficou doente e não vai ficar em casa.
- (B) Não ficou doente ou vai ficar em casa.
- (C) Ficou doente ou não vai ficar em casa.
- (D) Ficou doente ou vai ficar em casa.
- (E) Não ficou doente ou não vai ficar em casa.

3. FCC - 2022

Considere seguintes proposições:

p: Em março há 2 feriados ou 5 domingos.

q: Em março nunca há carnaval.

A negação da condicional $p \rightarrow q$ é equivalente à afirmação:

- (A) Em março não há 2 feriados e não há 5 domingos e em março sempre há carnaval.
- (B) Em março não há 2 feriados ou não há 5 domingos e em março sempre há carnaval.
- (C) Em março há 2 feriados ou 5 domingos e em março pode haver carnaval.
- (D) Se em março não há 2 feriados e não há 5 domingos, então em março sempre há carnaval.
- (E) Se em março não há 2 feriados e não há 5 domingos, então em março pode haver carnaval.

4. FCC - 2021

Em um programa esportivo, um comentarista de futebol fez a seguinte afirmação sobre o momento vivido pelo time X: Se o time X não se classificar para a Copa Prata e perder o clássico do final de semana, então seu treinador será demitido na segunda-feira. Do ponto de vista lógico, uma forma equivalente de fazer essa afirmação é:

- (A) se o treinador do time X não for demitido na segunda-feira, então esse time terá se classificado para a Copa Prata ou não terá perdido o clássico do final de semana.
- (B) se o treinador do time X não for demitido na segunda-feira, então esse time terá se classificado para a Copa Prata e terá vencido o clássico do final de semana.
- (C) se o treinador do time X for demitido na segunda-feira, então esse time não terá se classificado para a Copa Prata e terá perdido o clássico do final de semana.
- (D) se o time X se classificar para a Copa Prata e vencer o clássico do final de semana, então seu treinador não será demitido na segunda-feira.
- (E) se o time X se classificar para a Copa Prata ou não perder o clássico do final de semana, então seu treinador não será demitido na segunda-feira.

5. FCC - 2022

Quando estou feliz e faz sol, passeio com o cachorro. Sempre que passeio com o cachorro e não passo na padaria, como um pastel na feira. Ontem, não comi um pastel na feira e não passei na padaria. Logo, ontem, necessariamente,

- (A) eu não estava feliz.
- (B) fez sol.
- (C) não passei com o cachorro.
- (D) eu estava feliz.
- (E) passei com o cachorro.

6. FCC - 2022

Toda vez que viaja ao interior, Luciano não vai à feira. Quando está em férias e não é dia útil, Luciano viaja ao interior. Se hoje Luciano foi à feira, então, necessariamente,

- (A) é dia útil.
- (B) Luciano está em férias.
- (C) Luciano não está em férias.
- (D) não é dia útil.
- (E) Luciano não viajou ao interior.

7. FCC - 2022

Considere as três afirmações a seguir, das quais apenas uma é verdadeira.

- I. Denise conhece Paris e não é maior de idade.
- II. Se Denise é maior de idade, então ela viaja sozinha.
- III. Denise viaja sozinha ou não conhece Paris, ou as duas coisas.

Nessas condições, é necessariamente verdade que Denise

- (A) é maior de idade e viaja sozinha.
- (B) é maior de idade e não conhece Paris.
- (C) não é maior de idade e conhece Paris.
- (D) não viaja sozinha e conhece Paris.
- (E) conhece Paris e não é maior de idade

8. FCC - 2022

Se Adão vai ao cinema, Benedito consegue estudar e Carla não faz brigadeiro. Carla fez brigadeiro, então podemos afirmar que

- (A) Benedito conseguiu estudar.
- (B) Adão não foi ao cinema.
- (C) Benedito não conseguiu estudar.
- (D) Adão foi ao cinema.
- (E) Adão foi ao cinema se Benedito conseguiu estudar.

9. FCC - 2021

Das três afirmações a seguir, apenas uma é verdadeira.

- I. Se Pedro ama Júlia, então Bia vai mudar para a Espanha.
- II. Bia vai mudar para a Espanha ou virar cabeleireira, ou as duas coisas.
- III. Bia não vai virar cabeleireira e Pedro não ama Júlia.

Nessas condições, é necessariamente verdade que

- (A) Pedro ama Júlia e Bia vai mudar para a Espanha.
- (B) Pedro ama Júlia e Bia vai virar cabeleireira.
- (C) Pedro não ama Júlia e Bia vai mudar para a Espanha.
- (D) Pedro não ama Júlia e Bia vai virar cabeleireira.
- (E) Bia não vai mudar para a Espanha nem virar cabeleireira.

10. FCC - 2024

Considere que seja verdade que todo adolescente joga vídeo-game, que existem adultos que jogam videogame e que pelo menos um adolescente é programador. A partir apenas dessas afirmações, é necessariamente verdade que

- (A) pelo menos um adolescente não é programador.
- (B) existe programador que não é adolescente e que joga videogame.
- (C) todo adolescente que é programador joga vídeo-game.
- (D) apenas um programador é adolescente.
- (E) quem joga vídeo-game é adolescente.

11. FCC - 2022

Em determinada escola de línguas, todos os professores que ensinam chinês ensinam, também, inglês. Nessa escola há, pelo menos, um professor que ensina alemão e chinês, e há, pelo menos, um professor que ensina francês e inglês. É correto afirmar que, nessa escola de línguas, necessariamente,

- (A) todos os professores que ensinam alemão ensinam, também, inglês.
- (B) há, pelo menos, um professor que ensina alemão e francês.
- (C) há, pelo menos, um professor que ensina francês e chinês.

- (D) há, pelo menos, um professor que ensina inglês e alemão.
(E) todos os professores que ensinam inglês ensinam, também, francês.

12. FCC - 2022

Todas as bailarinas são magras. Logo, necessariamente,

- (A) o conjunto das bailarinas contém o conjunto das pessoas magras.
(B) o conjunto das pessoas magras contém o conjunto das bailarinas.
(C) todas as mulheres magras são bailarinas.
(D) alguma bailarina não é magra.
(E) toda mulher magra não é bailarina.

13. FCC - 2022

Nenhum Médico desgosta de Biologia. Certos Médicos também são Químicos.

Em consequência dessas proposições, é correto afirmar que

- (A) alguns Químicos desgostam de Biologia.
(B) alguns Químicos gostam de Biologia.
(C) quem gosta de Biologia é Médico.
(D) quem é Químico gosta de Biologia.
(E) Médicos podem ser Químicos que não gostam de Biologia.

14. FCC - 2021

Em um processo de licitação para o fornecimento de um sistema de informática a uma secretaria estadual, todas as empresas inscritas tiveram de submeter seus sistemas a diversos testes de desempenho. Em um desses testes, a condição para aprovação de um sistema era a seguinte:

Todos os usuários da secretaria devem conseguir acessar o sistema e nenhum deles deve receber uma mensagem de erro ao enviar um e-mail.

Sabe-se que o sistema da empresa X não foi aprovado nesse teste. Assim, é correto concluir que durante o teste do sistema dessa empresa, necessariamente,

- (A) nenhum usuário da secretaria conseguiu acessar o sistema ou todos os usuários da secretaria receberam uma mensagem de erro ao enviar um e-mail.
(B) todos os usuários da secretaria que conseguiram acessar o sistema receberam uma mensagem de erro ao enviar um e-mail.

(C) pelo menos um usuário da secretaria não conseguiu acessar o sistema ou algum deles recebeu uma mensagem de erro ao enviar um e-mail.

(D) algum usuário da secretaria não conseguiu acessar o sistema e pelo menos um dos que conseguiram acessar recebeu uma mensagem de erro ao enviar um e-mail.

(E) um grupo de usuários da secretaria não conseguiu acessar o sistema e, dentre os que conseguiram, ao menos um recebeu uma mensagem de erro ao enviar um e-mail.

15. FCC - 2021

Considerando que a proposição “Todos os advogados já leram a Constituição” seja verdadeira, Rui conclui que:

- I. se André leu a Constituição, então ele é advogado;
II. se Bernardo não leu a constituição, então ele não é advogado;
III. se Cléber não é advogado, então ele não leu a constituição.

Das conclusões de Rui, APENAS

- (A) I está correta.
(B) II está correta.
(C) III está correta.
(D) I e III estão corretas.
(E) II e III estão corretas.

16. FCC - 2021

Independentemente de sua inserção num complexo social de mudança, a crise da palavra escrita em face da imagem explica-se, igualmente, por motivos psicológicos. [...] a palavra escrita é um sinal, isto é, uma convenção que, para ser compreendida, deve antes provocar todo um sistema de esforço intelectual. A imagem, ao contrário, oferece-se por assim dizer diretamente à consciência: ela dispensa, em grande parte, o exercício crítico e “reconstrutor” exigido pelo sinal. Na diferença psicológica entre o sinal e a imagem reside todo o segredo do enorme prestígio desta última, do seu poder sugestivo infinitamente maior. A imagem não requer quase nada de colaboração por parte do homem: ela traz em si mesma o seu significado.

(MARTINS, Wilson. *A palavra escrita*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996, p. 427)

A relação estabelecida pelo autor entre palavra escrita e imagem é de

- (A) comparação.
- (B) amplificação.
- (C) proporção.
- (D) similaridade.
- (E) inversão.

17. FCC - 2021

Nos textos gregos e romanos, a injunção para conhecer-se a si mesmo está sempre associada àquele outro princípio que é o cuidado de si, e é essa necessidade de tomar conta de si que torna possível a aplicação da máxima délfica. Essa ideia, implícita em toda a cultura grega e romana, torna-se explícita a partir do Alcibiades I de Platão. Nos diálogos socráticos, em Xenofonte, Hipócrates, e em toda a tradição neoplatônica que começa com Albino, o indivíduo deve tomar conta de si mesmo. Deve ocupar-se de si antes de colocar em prática o princípio délfico. O segundo princípio se subordina ao primeiro.

(FOUCAULT, Michel. *As técnicas de si*. Traduzido por Karla Neves e Wanderson Flor do Nascimento a partir de FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994, v. IV, p. 783-813)

Segundo o raciocínio presente no texto, a subordinação dos princípios corresponde à seguinte ordem:

- (A) Cuidar de si para conhecer-se a si mesmo.
- (B) Conhecer-se a si mesmo para ocupar-se.
- (C) Cuidar de si para tomar conta de si mesmo.
- (D) Conhecer-se a si mesmo para tomar conta de si.
- (E) Tomar conta de si mesmo para ocupar-se de si.

18. FCC - 2021

Nos textos gregos e romanos, a injunção para conhecer-se a si mesmo está sempre associada àquele outro princípio que é o cuidado de si, e é essa necessidade de tomar conta de si que torna possível a aplicação da máxima délfica. Essa ideia, implícita em toda a cultura grega e romana, torna-se explícita a partir do Alcibiades I de Platão. Nos diálogos socráticos, em Xenofonte, Hipócrates, e em toda a tradição neoplatônica que começa com Albino, o indivíduo deve tomar conta de si mesmo. Deve ocupar-se de si antes de colocar em prática o princípio délfico. O segundo princípio se subordina ao primeiro.

(FOUCAULT, Michel. *As técnicas de si*. Traduzido por Karla Neves e Wanderson Flor do Nascimento a partir de FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994, v. IV, p. 783-813)

A referência ao diálogo Alcibiades I de Platão é um argumento

(A) de exemplo, que se confirma na ilação sucedida na referência aos diálogos socráticos, a Xenofonte e a Hipócrates.

(B) sofístico, porque a estrutura de diálogo contribui para o efeito teatral e falso da injunção referida por Michel Foucault.

(C) de autoridade, confirmado pela existência de uma tradição neoplatônica, segundo Michel Foucault.

(D) silogístico, porque a lógica do raciocínio de Michel Foucault constrói-se por premissas e síntese conclusiva.

(E) histórico, porque especifica o modo como os gregos e romanos cuidavam de si cotidianamente.

19. FCC - 2024

Artur, Bruno, Carlos e Daniel são eletricista, pintor, professor e guitarrista, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que:

- Artur é amigo do guitarrista.
- Carlos é vizinho do eletricista.
- O pintor é primo de Carlos.
- O eletricista é mais alto do que Artur.
- Carlos e Daniel não tocam nenhum instrumento musical.

Com base nas informações fornecidas,

- (A) Artur é eletricista.
- (B) Bruno é guitarrista.
- (C) Artur é professor.
- (D) Bruno é eletricista.
- (E) Carlos é eletricista.

20. FCC - 2024

Aldo, Benício e Carolina são amigos e torcem para times diferentes. Carolina é advogada e os outros dois têm diferentes profissões: professor e médico. Sabe-se que o professor torce para o Santos; o médico não torce para o Palmeiras e não é Aldo. Com base nas informações fornecidas e sabendo que um deles é corinthiano, pode-se afirmar que

- (A) Aldo é santista, Benício palmeirense e Carolina corinthiana.
- (B) Aldo é corinthiano, Benício palmeirense e Carolina santista.
- (C) Aldo é santista, Benício corinthiano e Carolina palmeirense.
- (D) Aldo é corinthiano, Benício santista e Carolina palmeirense.
- (E) Aldo é palmeirense, Benício santista e Carolina corinthiana.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

1. CEV UECE - 2019

Não basta a uma empresa saber gerenciar uma crise, é importante que possa também, no mais curto prazo, recuperar suas atividades, protegendo sua imagem e credibilidade, minimizando os impactos causados por ela. A doutrina de gerenciamento de crises é base para a elaboração de planos de contingência. Os planos de contingência são empregados para o gerenciamento de crises em corporações, empresas e instituições, minimizando os efeitos do impacto que provocam. As instituições podem se preparar para o enfrentamento de crises, gerenciá-las adequadamente e recuperar-se, de forma ágil, se investirem em prevenção, ações, e em medidas factíveis que levem a soluções corretas. O gerente de recursos humanos é o responsável pelo **planejamento de contingências** e pelo **gerenciamento de crises**.

Considerando os dois processos, é correto dizer que

- (A) o planejamento de contingências é abrangido pelo gerenciamento de crises.
- (B) não guardam nenhuma ligação entre si.
- (C) se diferenciam por serem adotados em instituições distintas: o primeiro em empresas privadas e o segundo em empresas públicas.
- (D) o planejamento de contingências abrange o gerenciamento de crises.

2. CEV UECE - 2018

O planejamento é essencial para alcançar o sucesso, porque determina onde a empresa quer chegar e como ela fará para conseguir o seu objetivo. Quando as decisões tomadas são de responsabilidade da alta administração da empresa, estamos diante do planejamento

- (A) gerencial.
- (B) estratégico.
- (C) operacional.
- (D) tático.

3. CEV UECE - 2018

Assinale a opção que contém somente itens de um Planejamento Estratégico em Tecnologia da Informação de uma empresa de médio porte.

- (A) Plano de garantia e gerenciamento de mudanças e plano de revisões programadas.
- (B) Plano de gestão de serviços de TI e plano de desenvolvimento operacional.
- (C) Plano de metas e ações e plano de gestão de pessoas.
- (D) Plano de otimização de consultas e plano de controle da experiência do cliente.

4. CEV UECE - 2018

Assinale o tipo de planejamento que se baseia no estabelecimento de metas, objetivos, políticas e missão da Organização.

- (A) gerencial.
- (B) operacional.
- (C) tático.
- (D) estratégico.

5. CEV UECE - 2017

Em relação ao planejamento estratégico, pode-se afirmar corretamente que

- (A) deve envolver apenas alguns setores da empresa.
- (B) é projetado com foco no curto prazo.
- (C) está voltado para as relações entre a empresa e seu ambiente.
- (D) envolve um alto grau de objetividade, considerando a previsibilidade do ambiente externo e das tendências de mercado.

6. CEV UECE - 2017

As etapas que contemplam a realização de um planejamento estratégico são

- (A) reunião com gestão superior da organização e empregados, análise de empresas de ramos diversos de atuação e implementação das estratégias.
- (B) definição de metas a serem alcançadas de imediato, análise restrita do ambiente interno, definição de planos operacionais, contratação de novos empregados e treinamento sobre as novas funções.
- (C) análise dos cenários interno e externo, definição de planos estratégicos, redução de custos, demissão de empregados, definição de ações a médio prazo.
- (D) definição de objetivos empresariais, análise dos ambientes externo e interno, formulação de estratégias, elaboração dos planos táticos e operacionais e acompanhamento dos resultados.

7. CEV UECE - 2016

O planejamento estratégico é orientado para o futuro. Durante suas etapas de elaboração, são definidas a missão, a visão e os valores da organização, que significam, respectivamente,

- (A) ética, crenças e produtividade.
- (B) razão de ser, ideal desejado e princípios.
- (C) transparência, objetivo e equipes de trabalho.
- (D) meta de produtividade, honestidade e resultados organizacionais.

8. CEV UECE - 2016

O planejamento é a função administrativa que define objetivos e decide sobre os recursos e tarefas necessários para alcançá-los adequadamente. Cada nível organizacional, quer seja institucional, intermediário ou operacional, tem diferentes características no seu planejamento. Assinale as características que correspondem ao planejamento no nível institucional.

- (A) Tipo: operacional; Conteúdo: detalhado e analítico; Tempo: curto prazo; Amplitude: aborda cada operação em separado.
- (B) Tipo: estratégico; Conteúdo: genérico e sintético; Tempo: longo prazo; Amplitude: aborda a organização como um todo.
- (C) Tipo: gerencial; Conteúdo: aleatório, em razão das demandas; Tempo: imediato; Amplitude: aborda todas as pessoas do ambiente organizacional.
- (D) Tipo: tático; Conteúdo: menos genérico e mais detalhado; Tempo: médio prazo; Amplitude: aborda cada unidade organizacional em separado.

9. CEV UECE - 2017

Além da estrutura organizacional, as empresas precisam de uma conjunção de crenças, princípios e valores que lhes forneçam consistência e identidade própria. Nessa medida, a compreensão dos conceitos de missão, visão, valores e objetivos são imprescindíveis para guiar a direção de qualquer negócio. Sobre esses conceitos fundamentais, é correto afirmar que

- (A) a missão representa onde a empresa quer chegar; é a imagem que a organização determina a respeito do seu futuro, o que ela pretende vir a ser.
- (B) os valores correspondem ao propósito e à visão da organização, sua razão de ser, por que foi criada e para que existe.
- (C) a visão organizacional representa o olhar que a empresa tem sobre o cenário externo, em relação ao número de empresas concorrentes, às tendências do mercado e às principais necessidades.
- (D) a partir do conceito da visão organizacional, as empresas definem seus objetivos, ou seja, estados desejáveis a alcançar; esses objetivos podem ser desdobrados em globais ou estratégicos, táticos e operacionais.

10. CEV UECE - 2017

Sobre a Matriz Swot, uma das ferramentas mais utilizadas na elaboração de planejamento estratégico nas organizações, é correto afirmar que ela

- (A) faz o cruzamento de forças e fraquezas no ambiente externo.
- (B) promove identificação das ameaças e oportunidades do contexto interno.
- (C) permite o cruzamento das forças e fraquezas, e de oportunidades e ameaças, vislumbrando as capacidades da organização para lidar com as oportunidades identificadas, assim como levantar as vulnerabilidades, limitações e desafios que precisam ser vencidos.
- (D) possibilita que a organização delimite em que fase do ciclo de vida se encontra e possa vislumbrar a sua posição dentre os concorrentes, tendo como base essencialmente o cenário externo e as tendências de mercado.

11. CEV UECE - 2017

Para a compreensão da dinâmica da gestão empresarial, são imprescindíveis as noções de Estratégia e Estrutura Organizacional. Sobre esse assunto, é correto afirmar que

- (A) a organização deve primeiramente definir a sua estratégia para, posteriormente, definir sua estrutura organizacional.
- (B) os setores localizados em linhas ocupam a função de assessoria.
- (C) os setores que estão em posição de staff respondem sobre atividades fins do negócio.
- (D) estrutura em redes é o nome dado a uma estrutura organizacional em que duas ou mais formas são utilizadas ao mesmo tempo integrando áreas funcionais e criando relações verticais.

12. CEV UECE - 2018

Dentre os indicadores de desempenho organizacional, são também considerados indicadores de eficácia os indicadores

- (A) da capacidade.
- (B) de estratégia.
- (C) da qualidade.
- (D) de produtividade.

13. CEV UECE - 2016

Os indicadores de desempenho podem ser entendidos como a quantificação de quão bem um negócio (suas atividades e processos) atinge uma meta especificada.

Logo, a sua devida escolha é crucial para o acompanhamento da realidade da organização. Sobre os indicadores de desempenho, é correto afirmar que

- (A) são medições de qualquer característica da empresa, podendo ser representados por informações numéricas e conceituais. Uma das vantagens de sua utilização é obter informações sobre expectativas de resultados que não estejam explícitos em seus planos estratégicos.
- (B) a meta é uma expressão numérica que representa o estado futuro de desempenho desejado. Porém, é evidente que nem todos os indicadores necessitam de uma meta a eles relacionada, pois cada indicador, por si só, já representa uma informação completa sobre a realidade da organização.

(C) todos os indicadores são informações essenciais para a organização; assim, após o estabelecimento dos indicadores, da validação preliminar, da construção de fórmulas, não há necessidade de ponderar os indicadores utilizados.

(D) a sistemática de coleta de dados determina os requisitos para o levantamento de informações sobre os indicadores; de modo geral, dentre as principais técnicas de coleta de dados podemos citar a aplicação de questionários, a realização de entrevistas, a simulação e a experimentação, a análise social e a análise dos ambientes interno e externo.

14. CEV UECE - 2018

O modelo de gestão estratégica que auxilia a mensuração dos progressos das empresas rumo às suas metas de longo prazo, a partir da tradução da estratégia em objetivos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas, denomina-se

- (A) accountability.
- (B) burocrático.
- (C) balanced scorecard.
- (D) sistêmico.

15. CEV UECE - 2018

A departamentalização funcional apresenta, dentre outras, a seguinte vantagem:

- (A) Orienta as pessoas para uma específica atividade, concentrando sua capacidade de maneira eficaz, garantindo o máximo de utilização das habilidades técnicas, simplificando o treinamento do pessoal.
- (B) A responsabilidade é totalmente imposta ao nível de cada divisão dos departamentos para cada produto ou serviço, ou seja, o administrador no cargo de chefia de cada departamento é responsável pelo seu produto ou serviço.
- (C) As decisões internas são rapidamente tomadas através do retorno proporcionado pelos clientes. Devido a isso, uma linha deficiente de determinado produto é facilmente percebida.
- (D) Cada unidade organizacional é uma etapa no desenvolvimento do produto, a focalização e a sequência de processos facilitam o trabalho de seu início até o fim.

16. CEV UECE - 2023

Pesquisas que versam sobre a liderança escolar mostram que não existe uma forma única de exercício da liderança, uma vez que os contextos de atuação influenciam as formas e as possibilidades de trabalho dos profissionais (INSTITUTO UNIBANCO; UDP, 2019, p. 6). Esta publicação lança luz em análises que se debruçam sobre a variedade de práticas de gestão e liderança educacional com focos, objetivos e prioridades variados. De acordo com o estudo, há sete tipos de gestão. Atente para o que se afirma a seguir sobre liderança e assinale com V o que for verdadeiro ou com F o que for falso.

() A liderança contingente enfatiza a integridade, definindo, a priori, que o foco da liderança deve estar nos valores, crenças e ética dos líderes.

() A liderança transformadora informa que o foco está tanto nos compromissos quanto nas capacidades daqueles que compõem a organização.

() Na liderança institucional a atenção dos líderes escolares está no desempenho eficaz de suas tarefas e funções para influenciar positivamente o resto dos membros da instituição escolar.

() A liderança distribuída é executada por diferentes pessoas ou grupos que têm participação na gestão, direção e tomada de decisões da instituição de ensino.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- (A) V, F, V, F.
- (B) F, F, V, V.
- (C) V, V, F, F.
- (D) F, V, F, V.

17. CEV UECE - 2019

O gráfico que representa o repertório dos elementos situacionais dominantes e o estilo básico do gerente, que mostra a situação total em que o gerente se encontra, juntamente com um plano de ação derivado dessa situação, é denominado de

- (A) fluxograma situacional.
- (B) flexograma situacional.
- (C) exigência situacional.
- (D) sensibilidade situacional.

18. CEV UECE - 2019

As teorias contingenciais surgiram para contribuir com o estudo da liderança, introduzindo fatores que vão além dos traços ou comportamentos dos líderes. As teorias contingenciais consideram o comportamento do líder, porém, a atenção é deslocada para três elementos: o **líder**, o **liderado** e o **contexto da liderança**. Dentro desse contexto, o estudo da liderança situacional

(A) garante que a ênfase está no nível de prontidão dos liderados.

(B) sustenta que os grupos eficazes dependem da adequação entre o estilo do líder na interação com os liderados e o grau de controle e influência que a situação proporciona.

(C) sustenta que a função do líder é ajudar os liderados no alcance de suas metas, fornecendo orientação e apoio necessários para assegurar que tais metas sejam compatíveis com os objetivos da organização.

(D) oferece regras que devem ser seguidas para a determinação da forma e do volume de participação dos liderados no processo decisório de acordo com a situação.

19. CEV UECE - 2017

O contexto em que o líder está inserido é marcado por turbulências, incertezas e contradições, muitas vezes consequência de alguns paradoxos com que ele precisa lidar. Assinale a opção que apresenta um paradoxo com o qual o líder **NÃO** precisa lidar.

- (A) Acompanhar o avanço tecnológico versus ser mais humanista, melhorar a qualidade de vida.
- (B) Virtualizar as relações versus abolir o uso das tecnologias nos negócios.
- (C) Diversificar o conhecimento versus aprofundar o conhecimento em sua área.
- (D) Aumentar a competitividade do negócio versus integrar e cooperar.

20. CEV UECE - 2019

Quando da instalação de um conflito entre dois colaboradores de um departamento o coordenador consegue chegar a um bom termo onde ambas as partes saem do conflito com a sensação de “ganha – ganha”, é correto afirmar que, nesse caso, o coordenador fez com que o conflito atingisse o status de

- (A) acomodação.
- (B) sinergia.
- (C) assimilação.
- (D) cooperação.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

1. FGV - 2024

A ética no serviço público é um conjunto de princípios e valores morais que orientam o comportamento dos funcionários que atuam em cargos governamentais.

Com relação à ética no serviço público, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F). () Regras Imperativas são regras que instruem os servidores públicos a fazerem algo.

() A conduta ética do servidor público não é apenas uma questão de comportar-se de acordo com o que é permitido. () Regras Constitutivas são regras que simplesmente proíbem ou ordenam os servidores públicos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) V – F – V.

2. FGV - 2024

A ética pode ser aplicada em praticamente todas as nossas ações. Em algumas, ela terá um peso maior que em outras e o importante é buscar agir de acordo com princípios morais e valores alinhados ao que consideramos mais justo para nós e para os outros. Isto é, pensar no que faz mais sentido para o contexto e a melhoria de todos e não apenas em nosso próprio ganho pessoal.

<https://mariaceciliagomes.com.br/entendendo-etica-e-sua-importancia-na-vida-de-cada-um>

Com base na reflexão, avalie se as afirmativas a seguir são **falsas (F)** ou **verdadeiras (V)**:

() No ambiente de trabalho, a ética é fundamental para garantir um ambiente saudável e produtivo entre as pessoas.

() Agir de forma ética pode ser ter uma postura respeitosa em relação aos colegas, clientes e fornecedores; manter a confidencialidade das informações e evitar conflitos de interesse.

() A ética envolve tomar decisões justas, cumprindo as leis e normas regulatórias e considerando o impacto de nossas ações em relação aos outros.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – F.
- (C) F – V – V.
- (D) F – F – F.

3. FGV - 2021

Ao longo da história, os estudos relacionados à ética deram origem a diversos conceitos e classificações sobre o termo.

Acerca do apresentado, considere a situação na qual um policial, sozinho, encontra uma carteira no meio da rua, com elevada quantia em dinheiro, e decida devolvê-la a seu dono, em respeito ao dever, independentemente de qualquer recompensa ou risco de punição.

Sobre a situação narrada, assinale a opção que indica o conceito de ética no qual se baseou a ação do policial.

- (A) Relativista.
- (B) Formal.
- (C) Utilitarista.
- (D) Empírico.
- (E) Proporcional.

4. FGV - 2021

Com base nas características utilizadas usualmente para a **conceituação dos termos ética e moral**, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ética é uma normatização de comportamentos, enquanto a moral é uma disciplina filosófica.
- (B) A ética possui caráter científico, enquanto a moral tem caráter prático.
- (C) A ética possui caráter temporal, enquanto a moral tem caráter permanente.
- (D) A ética está relacionada ao costume, enquanto a moral à qualidade do ser.
- (E) A ética é cultural, enquanto a moral é teórica.

5. FGV - 2021

As normas éticas e as jurídicas estabelecem como os indivíduos devem se comportar na sociedade.

Diante disso, pode-se apontar a seguinte diferença entre esses dois tipos de normas:

- (A) as normas éticas podem contrariar as jurídicas;
- (B) as normas jurídicas identificam-se com a moralidade vigente;
- (C) as normas éticas persistem ao longo do tempo, e as jurídicas podem ser modificadas;
- (D) a desobediência às normas éticas constitui ato ilícito;
- (E) ao longo da história, as normas jurídicas antecederam o advento das normas éticas.

6. FGV - 2019

Leia o trecho a seguir.

Ética é o estudo dos princípios que orientam e disciplinam o comportamento humano, refletindo a respeito às normas e aos valores vigentes em nossa sociedade e no serviço público.

Assinale a afirmativa que **não** está de acordo com o texto acima.

- (A) Ética é o conjunto de regras a respeito dos valores morais de uma sociedade.
- (B) Os princípios éticos devem ser aplicados para gerar o bem de todos.
- (C) A conduta ética obriga a escolher entre o honesto e o desonesto.
- (D) Os princípios éticos nos liberam para agir segundo os nossos interesses.
- (E) A ética diz respeito aos valores que indicam o que é um bem coletivo.

7. FGV - 2018

Código de valores que norteiam a conduta de um indivíduo, bem como suas decisões e escolhas, fazendo com que esse indivíduo seja capaz de julgar o que é certo ou errado.

Trata-se da definição de:

- (A) altruísmo;
- (B) egoísmo;
- (C) consenso;
- (D) participação;
- (E) moralidade.

8. FCC - 2018

Os termos moral e ética são várias vezes confundidos e usados como sinônimos, mas, considerando a diferença entre a vida prática e o conhecimento teórico, bem como entre o indivíduo em sua singularidade e o humano genérico:

- (A) moral faz parte de um conhecimento teórico desde as sociedades primitivas, enquanto a ética só surge com os gregos no interior do conhecimento filosófico.
- (B) moral, enquanto prática, é uma resposta às necessidades individuais, que devem existir, com a reflexão teórica sobre ela. É a aproximação à ética que permite essa reflexão.
- (C) ética, enquanto ação, supõe a escolha consciente e livre, já moral se norteia pelo caráter normativo de forma mecânica e acrítica.
- (D) moral é parte constitutiva de todas as formas de práxis, ética é a relação com o outro, aceitando conscientemente que ele participa de minha existência.
- (E) moral é a prática dos indivíduos em sua singularidade, ética é a reflexão teórica e ação livre voltada ao humano genérico.

9. FCC - 2018

A Ética discursiva parte do princípio que compete ao meio social, entendendo-se nesse caso, a organização, o dever ético de delimitar o espaço dentro do qual podem ser efetivados os projetos de autorrealização de indivíduos e de grupos de indivíduos. As pessoas **NÃO** podem ser

- (A) vistas como complexas e sim como conscientes.
- (B) consideradas como aprendizes e sim como seres completos.
- (C) estimuladas e sim normatizadas.
- (D) tratadas singularmente e sim universalmente.
- (E) tratadas como meios e sim como fins.

10. FGV - 2018

Relacione os conceitos fundamentais da ética com suas respectivas definições.

- 1 - Moralidade
- 2 - Subsidiaridade
- 3 - Eticidade

() Conjunto de valores institucionais, onde há identidade da vontade universal e particular e uma coincidência entre deveres e direitos.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. FCC - 2024

De acordo com o que estabelece a Constituição Federal acerca dos direitos e garantias fundamentais,

- (A) somente será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- (B) nenhum brasileiro será extraditado, salvo nos casos de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- (C) somente se justifica a censura às manifestações políticas, ideológicas ou artísticas quando fundamentadas nos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- (D) a prática da tortura para a obtenção de prova em crimes graves é excepcionalmente justificável diante da primazia da proteção à vida e à liberdade.
- (E) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

2. FCC - 2024

NÃO se trata de direito individual e coletivo previsto na Constituição Federal:

- (A) O civilmente identificado será submetido à identificação criminal, para garantia do devido processo legal.
- (B) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente.
- (C) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- (D) O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
- (E) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

3. FCC - 2024

De acordo com a Constituição Federal de 1988, serão equivalentes às emendas constitucionais os tratados internacionais sobre direitos humanos:

- (A) que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
- (B) que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (C) que forem aprovados, somente por uma das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (D) que forem aprovados, somente por uma das Casas do Congresso Nacional, em turno único, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
- (E) ratificados pelo Presidente da República Federativa do Brasil, independentemente de aprovação por qualquer das Casas do Congresso Nacional.

4. FCC - 2023

Virgulino tem uma dívida civil vencida de R\$ 5.000,00 e está com receio de ser preso, caso não faça a respectiva quitação. Após consulta a um advogado, o profissional respondeu a ele que, nos termos da Constituição Federal, é

- (A) vedada a prisão civil por dívida, desde que de valores inferiores a R\$ 10.000,00.
- (B) permitida a prisão civil por dívida, desde que de valores superiores R\$ 3.000,00.
- (C) vedada a prisão civil por dívida, em qualquer hipótese e valor.
- (D) permitida a prisão civil por dívida, do responsável pelo pagamento de obrigação alimentícia, se o inadimplemento decorre de ato voluntário e inescusável do devedor.
- (E) permitida a prisão civil por dívida, do responsável pelo pagamento de obrigação alimentícia, ainda que o inadimplemento decorra de ato involuntário e escusável do devedor.

5. FCC - 2023

De acordo com a Constituição Federal, a prática do racismo constitui

- (A) exercício do direito fundamental à liberdade de expressão.
- (B) conduta moralmente reprovável, porém lícita.
- (C) contravenção penal sujeita à pena de multa.
- (D) crime de menor potencial ofensivo.
- (E) crime inafiançável e imprescritível.

6. FCC - 2023

Os moradores de determinado bairro em uma pequena cidade do Estado de Santa Catarina se uniram para formar a "Associação Amigos do Bairro", com o objetivo de defender os interesses de todos que ali residem. Em conformidade com a Constituição Federal, a criação dessa associação

- (A) independe de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento e, sendo criada, terá ela legitimidade para representar seus filiados judicialmente, quando expressamente autorizada por eles, ou extrajudicialmente, independentemente de autorização expressa.
- (B) independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento e, sendo criada, terá ela legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente quando por eles expressamente autorizada.
- (C) depende de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento e, sendo criada, terá ela legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente quando expressamente por eles autorizada.
- (D) depende de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento e, sendo criada, terá ela legitimidade para representar seus filiados judicialmente, quando expressamente autorizada por eles, ou extrajudicialmente, independentemente de autorização expressa.
- (E) depende de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento e, sendo criada, terá ela legitimidade para representar seus filiados apenas extrajudicialmente, independentemente de autorização expressa.

7. FCC - 2023

Élcio, estrangeiro, faleceu no seu país de origem, deixando de herança um imóvel situado no Brasil. Sabendo-se que ele deixou esposa, também estrangeira, e um único filho, brasileiro, a sucessão desse bem localizado em território brasileiro será, de acordo com a Constituição Federal de 1988, regulada pela lei

- (A) brasileira, em qualquer hipótese. por se tratar de bem imóvel aqui localizado.
- (B) brasileira, salvo se ao seu filho brasileiro for mais favorável a lei pessoal do de cujus.
- (C) pessoal do de cujus, em qualquer hipótese, por não poder ser aplicada a legislação brasileira quando o falecido for estrangeiro.
- (D) brasileira, em qualquer hipótese, lendo em vista a existência de herdeiro brasileiro.
- (E) pessoal do de cujus, em qualquer hipótese, tendo em vista que a lei aplicável em caso de sucessão é a do lugar do falecimento daquele que deixou a herança.

8. FCC - 2022

Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos no texto constitucional,

- (A) a propriedade atenderá a sua função social.
- (B) o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita de forma universal e independentemente da aferição de hipossuficiência.
- (C) para o julgamento de crimes hediondos é permitida a criação de juízo ou tribunal de exceção.
- (D) a lei penal retroagirá para todos os fins.
- (E) ninguém será considerado culpado até o julgamento em segunda instância.

9. FCC - 2022

A questão a seguir refere-se ao conteúdo Programático de **Noções de Direito Constitucional** e foi baseada na Constituição Federal de 1988.

Um grupo de pessoas decidiu criar uma associação para fins lícitos, sem caráter paramilitar, com o objetivo de defender seus interesses. A criação dessa associação

- (A) independe de autorização, devendo, contudo, haver controle e interferência estatal em seu funcionamento, podendo ser ela compulsoriamente dissolvida por decisão judicial proferida por órgão colegiado, independentemente do seu trânsito em julgado.

(B) depende de autorização e de controle em seu funcionamento pelo Estado, somente podendo ser ela compulsoriamente dissolvida por decisão judicial transitada em julgado.

(C) independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento, podendo ser ela compulsoriamente dissolvida por decisão judicial proferida por órgão colegiado, independentemente do seu trânsito em julgado.

(D) independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento, somente podendo ser ela compulsoriamente dissolvida por decisão judicial transitada em julgado.

(E) depende de autorização e de controle em seu funcionamento pelo Estado, somente podendo ser ela compulsoriamente dissolvida por decisão judicial proferida por órgão colegiado, independentemente do seu trânsito em julgado.

10. FCC - 2022

Alfio reside com sua família em uma pequena propriedade rural, assim definida em lei, constituída de apenas um terreno. Sendo o único bem imóvel da família dessa natureza, Alfio, juntamente com sua esposa e seus dois filhos, utiliza-o para plantio, vendendo os produtos provenientes dessa atividade produtiva para assegurar a subsistência sua e de sua família. Ocorre que, para garantir a compra dos insumos para o referido plantio, Alfio contraiu dívidas.

Considerando apenas as informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a pequena propriedade rural de Alfio

(A) será objeto de penhora para pagamento de qualquer tipo de débito, pois apenas as propriedades urbanas são impenhoráveis.

(B) não será objeto de penhora para pagamento de qualquer tipo de débito, apenas se estiver registrada no cartório de registro de imóveis como bem impenhorável.

(C) será objeto de penhora para pagamento dos débitos decorrentes de sua atividade produtiva, pois apenas a propriedade rural grande, assim definida em lei, trabalhada pela família, é impenhorável.

(D) será objeto de penhora para pagamento dos débitos decorrentes de sua atividade produtiva, pois as propriedades rurais trabalhadas pela família são sempre penhoráveis, independentemente de seu tamanho.

(E) não será objeto de penhora para pagamento dos débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

11. FCC - 2022

Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, a Constituição Federal estabelece:

(A) É a todos assegurada, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

(B) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação policial.

(C) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.

(D) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário prévia e justa indenização em dinheiro.

(E) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigida autorização por escrito da autoridade competente.

12. FCC - 2021

Os sigilos bancário e fiscal, direitos individuais protegidos pela Constituição Federal, poderão ser excepcionados por decisão judicial fundamentada,

(A) decisão de Comissões Parlamentares de Inquérito ou, excepcionalmente, pelo Ministério Público, em casos restritos de investigação de recursos públicos.

(B) decisão de autoridade administrativa disciplinar e ordem do Procurador da República em caso de investigação envolvendo autoridade submetida a foro privilegiado.

(C) decisão de Comissões Parlamentares de Inquérito e, excepcionalmente, pela autoridade fazendária em casos de evasão de divisas.

- (D) Receita Federal e Tribunal de Contas da União e Estaduais, desde que determinada pela Presidência.
- (E) Procurador da República, em caso de investigação envolvendo autoridade submetida e foro privilegiado e Receita Federal.

13. FCC - 2021

Constitui crime imprescritível:

- (A) homicídio.
- (B) racismo.
- (C) estupro de vulnerável.
- (D) assédio sexual.
- (E) latrocínio.

14. FCC - 2019

Em relação aos direitos e garantias individuais expressos na Constituição da República Federativa do Brasil, é **correto** afirmar que

- (A) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, salvo em caso de flagrante delito.
- (B) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada até o primeiro dia útil subsequente à prisão.
- (C) o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
- (D) conceder-se-á habeas data sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (E) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, salvo nos casos de investigações relativas a organizações criminosas.

15. FCC - 2019

Durante a tramitação, em 2014, do Plano Nacional de Educação (2014-2024 – Lei nº 13.005/14), uma das polêmicas suscitadas foi sobre a promoção das equidades de gênero e orientação sexual, que acabaram excluídas do texto do projeto. Por consequência, isso influenciou a tramitação dos planos estaduais e municipais. Alguns municípios incluíram nos Planos Municipais de Educação dispositivo vedando expressamente o que denominam “ideologia de gênero” em qualquer política de ensino do município ou de materiais didáticos, bem com a menção a “gênero” e “orientação sexual”, ou qualquer outra forma de abordagem. Por essa razão, estão em curso no Supremo Tribunal Federal diversas Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental. A respeito das inconstitucionalidades apontadas nestas ações, está correto afirmar que

- (A) há violação do pacto federativo, tendo em vista a competência da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, bem como inobservância dos limites da competência normativa complementar municipal, caracterizando uma inconstitucionalidade material.
- (B) há diversas violações a direitos fundamentais, como o direito à educação, o direito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar pensamento, a arte e o saber, assim como o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas caracterizando inconstitucionalidade formal e material.
- (C) há violação do direito das crianças e dos adolescentes de serem colocados a salvo de toda a forma de discriminação e violência, bem como da laicidade do Estado, dos objetivos constitucionais de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, do direito à igualdade, da vedação de censura em atividades culturais, caracterizando inconstitucionalidade material.

DIREITOS HUMANOS

1. FGV - 2025

Leia o trecho a seguir.

Ele está arraigado em quase todas as nossas práticas cotidianas. São atitudes, por exemplo, presumir que uma pessoa com deficiência seja incapaz de realizar qualquer atividade que as ditas pessoas normais realizam. É fato que o modo como algumas pessoas com deficiência realiza atividades pode não ser o mesmo que outras pessoas sem deficiência realizam, mas, nem por isso, elas deixam de realizar ou as fazem de maneira errada e incompleta. Lembremos que todos nós realizamos atividades de vida diária de acordo com as nossas possibilidades.

Adaptado de: SOUZA, Ludmilla. Entrevista com o cientista social Julian Simões pela Agência Brasil, São Paulo, 2021.

Assinale a afirmativa que identifica corretamente o tipo de preconceito descrito pelo trecho reproduzido.

- (A) Classismo.
- (B) Misoginia.
- (C) Capacitismo.
- (D) Racismo.
- (E) Homofobia.

2. FGV - 2022

Como chamar as pessoas que têm deficiência?

Pessoas com capacidades especiais”, “pessoas com eficiências diferentes”, “pessoas com habilidades diferenciadas”, “pessoas portadoras de deficiência”, “pessoas com disfunção funcional”... Na primeira década do século XXI, a Declaração de Salamanca preconizou a expressão “pessoas com deficiência”, com a qual o valor agregado às pessoas com deficiência passou a ser o do empoderamento e o da responsabilidade de contribuir com seus talentos para mudar a sociedade rumo à inclusão de todas as pessoas, com ou sem deficiência. Os movimentos mundiais de pessoas com deficiência, incluindo os do Brasil, já fecharam a questão: querem ser chamados de “pessoas com deficiência”, em todos os idiomas. Esse termo faz parte do

texto da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, adotado pela ONU em 2006, e promulgado por decreto no Brasil em 2009.

Adaptado de SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chama as pessoas que têm deficiência? (2014)

As afirmativas a seguir descrevem corretamente os princípios básicos que levaram à defesa da terminologia “pessoas com deficiência”, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência.
- (B) Combater eufemismos que tentam diluir ou camuflar as diferenças.
- (C) Defender a igualdade entre pessoas com deficiência e sem deficiência.
- (D) Responsabilizar a sociedade pela invalidez de uma parte de seus membros.
- (E) Reivindicar a eliminação das restrições à participação das pessoas com deficiência na vida social.

3. CEV UECE - 2020

Atente para o seguinte excerto:

“A mudança de ‘estado social’ não trouxera consigo a ‘redenção da raça negra’ e os negros e mulatos custaram a perceber isso. Eles haviam sido expropriados de sua condição de dependentes e, submissos, recebido o peso de seu destino, mas não os meios para lidar com essa realidade. Sua única direção foi à marginalização, diante do desamparo real. Incorporar-se à escória do operariado urbano ou procurar no ‘ócio dissimulado’, na ‘vagabundagem sistemática’ ou na ‘criminalidade fortuita’ meios para salvar as aparências e a dignidade de ‘homem livre’”.

NUNES, Gilcerlândia Pinheiro de Almeida. “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”. Revista Cronos, Natal-RN, v. 9, n. 1, p. 247-254, jan/jul. 2008

O trecho acima foi extraído de uma resenha acerca da obra “A Integração do Negro na Sociedade de Classes” (1964) do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1920- 1995). Partindo da compreensão da forma como ocorreu a integração dos negros libertos na sociedade de classes brasileira dos fins do século XIX, assinala a afirmação verdadeira.

- (A) Foi rápida a adaptação dos ex-escravos em uma sociedade que começava a empregar a liberdade civil e o bem-estar de todos.
- (B) Os negros no Brasil colonial e monárquico estavam em melhores condições de vida do que após a libertação do cativo forçado.
- (C) A libertação da população escrava negra foi a única responsável por instalar problemas de vadiagem na vida urbana do Brasil.
- (D) Os negros livres da escravidão foram incorporados de forma subalternizada nas classes menos abastadas e miseráveis do Brasil.

4. FGV - 2014

Sobre a relação entre xenofobia e genocídio, é correto afirmar que:

- (A) genocídio pressupõe xenofobia, mas nem toda xenofobia implica genocídio;
- (B) o genocídio é uma condição de possibilidade da xenofobia;
- (C) a xenofobia é consequência direta do genocídio;
- (D) o genocídio é a tradução prática do sentimento de xenofobia;
- (E) genocídio pressupõe xenofobia, e toda xenofobia implica genocídio.

5. FGV - 2014

Examine a tabela a seguir, relativa aos índices percentuais de segregação e isolamento recenseados nos Estados Unidos, na década de 1980.

Cidade	Afro-americanos	Irlandeses	Italianos	Russos
Chicago	80	35	49	64
Los Angeles	78	17	25	55
Miami	71	17	29	61
Nova York	67	43	55	49

(Fonte: U.S. Bureau of Census, Census of Population and Housing, 1980.)

Com base nos dados expostos, é correto deduzir que

- (A) não é possível estabelecer se um grupo se considera mais ou menos isolado em relação a um outro grupo.
- (B) os afro-americanos são o grupo que se considera mais isolado em todas as cidades listadas.
- (C) os russos são um grupo que se considera menos isolado do que os italianos em Chicago. os irlandeses e os italianos se sentem igualmente isolados em Los Angeles e em Miami.
- (D) os afro-americanos, depois dos latinos, são o grupo que mais se reconhece como isolado em Los Angeles.

6. CEV UECE - 2024

Considerando a evolução histórica dos direitos humanos, assinale a afirmação verdadeira.

- (A) Os direitos humanos, em sua concepção atual, apresentaram-se já no século XVIII, com a Declaração de Direitos do Bom Povo de Virgínia, de 1776, e a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, na França em 1789.
- (B) Os direitos humanos surgiram na Idade Média, considerando a maneira como as pessoas com deficiência eram tratadas, priorizando a dignidade humana.
- (C) Existem declarações inglesas da Idade Média, em uma sociedade feudal, que tinham como interesse garantir os direitos e a dignidade dos trabalhadores do feudo.
- (D) Os direitos humanos de segunda geração surgiram após a Segunda Guerra Mundial.

7. FGV - 2023

Sobre a terminologia direitos humanos e direitos fundamentais, analise as afirmativas a seguir.

I. A Imprecisão terminológica para designar os direitos essenciais à vida digna decorrem da evolução que levou ao redesenho de sua delimitação e fundamento.

II. Parte da doutrina utiliza uma união entre as duas expressões, criando uma nova terminologia: “direitos humanos fundamentais”.

III. É possível concluir pela leitura da Constituição Federal brasileira que direitos humanos são definidos como direitos hierarquicamente superiores aos chamados direitos fundamentais.

IV. A Constituição Federal brasileira acompanha o uso variado de termos, ora fazendo menção ao termo “direitos humanos” dentre ora utilizando a expressão “direitos fundamentais”, dentre outros.

V. O direito internacional emprega a expressão “direitos humanos” em todos os seus diplomas legais quando tem por objetivo resguardar a dignidade humana.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) II, III e V, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, III, IV e V, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

8. FGV - 2023

A Emenda Constitucional nº 115/22 alterou o Art. 5º da Constituição Federal de 1988, ao qual foi acrescentado o inciso LXXIX, que confere direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais. A inserção do referido artigo se justifica ante a característica da inexauribilidade dos direitos humanos prevista no texto constitucional (Art. 5º § 2º CRFB/88).

Assinale a opção que aponta a característica que não se adequa aos direitos humanos.

- (A) Transnacionalidade.
- (B) Imprescritibilidade, salvo as limitações expressas em tratados internacionais que estabelecem procedimentos perante as Cortes Internacionais.
- (C) Inter-relacionariedade.
- (D) Dependem do reconhecimento por parte de um estado e da existência do vínculo da nacionalidade.
- (E) Interpretação pro homine.

9. FGV - 2022

Os direitos humanos são:

- (A) escalonados e intransferíveis.
- (B) graduados e interdependentes.
- (C) globais, mesmo não se aplicando a todas as culturas.
- (D) universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados.
- (E) hierarquizados, de modo a garantir a precedência aos que mais precisam.

10. FGV - 2022

Pedro e João realizaram alentado debate a respeito das dificuldades enfrentadas para a proteção internacional dos direitos humanos. De acordo com Pedro, o maior problema a ser enfrentado decorre do fato de os sistemas de proteção serem exclusivamente consensuais, além de os universais disporem de mecanismos de acesso com eficácia inferior aos regionais. João, por sua vez, entendia existir um segundo problema, tão grave quanto o primeiro, decorrente da existência do domínio reservado de jurisdição interna, o que significa dizer que atos afetos à soberania estatal não podem ser avaliados por organismos internacionais fora de bases de natureza consensual.

À luz das considerações de Pedro e João, é correto afirmar que

- (A) Pedro está totalmente certo e João, totalmente errado.

- (B) Pedro está parcialmente certo, ao se referir aos sistemas universais, e João, totalmente certo.
 (C) Pedro está parcialmente certo ao se referir aos sistemas universais, e João, totalmente errado.
 (D) Pedro está parcialmente certo ao se referir ao caráter consensual dos sistemas de proteção, e João, totalmente certo.
 (E) Pedro está parcialmente certo ao se referir ao caráter consensual dos sistemas de proteção, e João, totalmente errado.

11. CEV UECE - 2017

Assinale a opção que completa corretamente a lacuna do seguinte enunciado: “A teoria _____ fundamenta os direitos humanos na experiência e consciência moral de um determinado povo, ou seja, na convicção social acerca da necessidade da proteção de determinado valor”.

- (A) moralista
 (B) moderna
 (C) positivista
 (D) jusnaturalista

12. CEV UECE - 2017

Atente ao seguinte enunciado: “Trata-se de uma teoria amplamente difundida na doutrina e na prática dos direitos humanos, fundamenta tais direitos em uma ordem superior, universal, imutável e inderrogável”.

A teoria descrita no enunciado acima é a Teoria

- (A) Positivista.
 (B) Jusnaturalista.
 (C) Moralista.
 (D) Moderna.

13. CEV UECE - 2017

No que concerne às características dos direitos humanos, assinale a opção que completa corretamente a lacuna do seguinte enunciado: “Os direitos humanos caracterizam-se também pela _____, ou seja, por pertencerem à pessoa independentemente de sua nacionalidade ou mesmo do fato de serem apátridas”.

- (A) inerência
 (B) indisponibilidade
 (C) transnacionalidade
 (D) imprescritibilidade

14. FGV - 2013

O processo histórico de afirmação dos direitos humanos foi inscrito em importantes documentos, tais como a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 ou mesmo a Constituição Mexicana de 1917. Desse processo é possível inferir que os Direitos Humanos são constituídos por, ao menos, duas dimensões interdependentes e indivisíveis.

São elas:

- (A) Direitos Naturais e Direitos Positivos.
 (B) Direitos Cíveis e Direitos Políticos.
 (C) Direitos Cíveis e Políticos e Direitos Econômicos e Sociais.
 (D) Direito Público e Direito Privado.

15. FGV - 2012

A ideia de direitos humanos tem como uma de suas principais fontes históricas o conceito de direito natural, cujas origens estão na antiguidade clássica e que foi reelaborada por vários autores do medievo e da idade moderna.

POR ISSO

Hoje o conceito de direitos humanos acionado por uma ampla gama de movimentos sociais, desde aqueles que lutam por condições mínimas de subsistência até aqueles que demandam direitos especiais e proteções para minorias étnicas e grupos de gênero. Assinale se

- (A) somente a 1ª afirmativa estiver correta.
 (B) somente a 2ª afirmativa estiver correta.
 (C) as duas afirmativas estiverem corretas e o nexos causal entre elas for verdadeiro.
 (D) as duas afirmativas estiverem corretas e o nexos causal entre elas for falso.
 (E) as duas afirmativas forem falsas.

16. FGV - 2023

Segundo dados colhidos no mais recente censo realizado pelo IBGE, o Brasil tem 1,7 milhão de pessoas que se identificam como indígenas, estando distribuídos em cerca de 260 comunidades. Com relação às normas penais do Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/73), analise as afirmativas a seguir.

I. No caso de condenação criminal de Índio por infração penal, a pena deverá ser atenuada e, na sua aplicação, o Juiz atenderá também ao grau de integração do silvícola.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL MILITAR / PROCESSO PENAL MILITAR

1. FGV - 2023

Sobre aplicação da pena no âmbito do Código Penal Militar, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Código Penal militar não trata da figura da reincidência específica, apenas da reincidência genérica, da mesma forma prevista no Código Penal;
- (B) No concurso de agravantes e atenuantes, deve sempre preponderar, em nome da hierarquia e disciplina, as circunstâncias agravantes;
- (C) A pena de morte é executada de acordo com a escolha do réu, que tem um prazo de até 48 horas para definir a forma de execução;
- (D) A tentativa deve ser punida com a pena igual ao do crime consumado;
- (E) Equipara-se ao comandante, para efeito de aplicação da lei penal militar, toda autoridade com função de direção.

2. FGV - 2022

Sobre os crimes militares, em especial os crimes militares contra a flora, assinale a afirmativa correta.

- (A) Conforme previsão legal expressa, os institutos despenalizadores da Lei nº 9.099/1995 aplicam-se aos crimes militares.
- (B) A partir da edição da Lei 13.491/2017, tornou-se possível que a Justiça Militar processe e julgue militar pelos crimes previstos na Lei nº 9.605/1998 que trata de sanções penais de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
- (C) É crime de perigo abstrato o ato de soltar balões que possam provocar incêndio nas florestas e demais formas de vegetação.
- (D) Os crimes militares contra a flora são de competência exclusiva da Justiça Militar da União, visto que se trata de bem sob responsabilidade e tutela da União.
- (E) Compete ao Conselho de Justiça processar e julgar crimes militares cometidos por civis.

3. FGV - 2022

Com base no Código Penal Militar, julgue as seguintes assertivas.

- I. Para se reconhecer qual a mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis.
- II. Considera-se praticado o crime tanto no momento da conduta ou omissão quanto no momento do resultado do crime.
- III. Não exclui a imputabilidade penal a embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior.
- IV. Se uma lei posterior deixar de considerar um fato um crime, nenhum agente poderá ser punido, salvo se já tiver sido condenado por sentença irrecorrível.

Estão **corretas** as afirmativas

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

4. IBFC - 2022

No que se refere às disposições do Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969), assinale a alternativa incorreta acerca da aplicação da lei penal militar.

- (A) Considera-se praticado o crime no momento em que o resultado previsto no tipo penal é alcançado
- (B) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência

(C) Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado

(D) Aplica-se a lei penal militar, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dele, ainda que, neste caso, o agente esteja sendo processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira

5. FGV - 2021

Com base no disposto no Código Penal Militar, assinale a afirmativa correta.

(A) A suspensão condicional da pena não se aplica aos crimes militares.

(B) Considera-se praticado o crime, o momento da ação ou omissão, desde que seja o mesmo do resultado.

(C) O Código Penal Militar compreende, além dos crimes militares, as infrações aos regulamentos disciplinares.

(D) Quando, por ineficácia absoluta do meio empregado ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime, o juiz deve atenuar a pena em 1/3.

(E) O tempo de guerra, para efeitos de aplicação da lei penal militar, começa com a declaração ou o reconhecimento do estado de guerra e termina quando ordenada a cessação das hostilidades.

6. FGV - 2021

O soldado Castro, militar da Polícia Militar do Estado do Ceará, pratica um delito durante a vigência de uma lei temporária. A referida lei determina que a pena do delito será agravada se o crime tiver sido praticado por militar. Ocorre que, na época de seu julgamento, a mencionada lei já não estava em vigor.

Sobre a situação descrita, com base no disposto no Código Penal Militar, assinale a afirmativa correta.

(A) Durante o julgamento, deve ser observada a lei mais benéfica para o réu.

(B) Durante o julgamento, deve ser aplicada a lei vigente.

(C) A lei temporária só será aplicada se for mais benéfica ao réu.

(D) A lei temporária, após o período de vigência, será aplicada ao fato ocorrido durante sua vigência, ainda que mais gravosa.

(E) A lei temporária não pode mais ser aplicada, uma vez decorrido seu período de vigência.

7. FGV - 2021

Com base no Código Penal Militar, avalie as afirmativas a seguir.

I. Para se reconhecer qual é a mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis.

II. O Código Penal Militar adota a teoria mista em relação ao tempo do crime, considerando-se praticado o crime tanto no momento da conduta ou omissão, quanto no momento do resultado do crime.

III. Se uma lei posterior deixar de considerar um fato de um crime, nenhum agente poderá ser punido, salvo se já tiver sido condenado por sentença irrecorrível.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) II e III, apenas.

8. FCC - 2019

Em operação conjunta de garantia da Lei e da Ordem, de iniciativa do Presidente da República, com militares do Exército e membro da Polícia Militar estadual, ocorre a morte de um civil. Existem indícios da prática de um crime doloso contra a vida, sendo que há suspeita da participação de um soldado do Exército Brasileiro e um soldado da Polícia Militar estadual neste fato. Nesse caso, é correto afirmar que a competência para o eventual julgamento é

(A) da Justiça Militar da União, para o Militar do Exército, e da Justiça Militar dos Estados, para o Policial Militar estadual.

(B) do Tribunal do Júri, para ambos.

(C) da Justiça Federal, para o Militar do Exército, e do Tribunal do Júri, para o Policial Militar estadual.

(D) da Justiça Militar da União, para ambos, em razão da conexão.

(E) da Justiça Militar da União, para o Militar do Exército, e do Tribunal do Júri, para o Policial Militar estadual.

9. FGV - 2024

Durante patrulhamento motorizado de rotina, por volta das 22 horas e 30 minutos, a guarnição comandada pelo sargento Athos e composta pelos soldados Porthos, Aramis e D'Artagnan logrou identificar residência que, segundo Porthos se recordava, havia sido mencionada por um informante como suposto ponto de armazenamento de material entorpecente destinado ao tráfico de drogas.

Diante dessa informação, Aramis sugeriu, com a entusiasmada aprovação de Porthos e D'Artagnan, que ingressassem na residência pulando o muro e procedessem a uma revista na área externa da casa. O sargento Athos, no entanto, declarou expressamente seu desacordo, afirmando que sequer sairia da viatura e que não contassem com ele para nada.

Mesmo assim, após desembarcarem do veículo, Porthos e Aramis pularam o muro da residência, enquanto D'Artagnan permaneceu no portão, vigiando para o caso de alguém chegar.

Após nada ser encontrado na referida revista, os três soldados retornaram à viatura onde o sargento Athos, ainda bastante aborrecido, afirmou que, se não fossem amigos e não trabalhassem juntos há tanto tempo, os prenderia todos em flagrante.

Diante do acima exposto, é correto afirmar, em relação às condutas dos policiais militares referidos, que:

(A) os soldados Porthos, Aramis e D'Artagnan irão responder em coautoria pelo crime militar de violação de domicílio qualificada e com a causa de aumento de pena por estarem de serviço, enquanto o sargento Athos responderá pelo mesmo crime, mas, com fundamento na omissão penalmente relevante, uma vez que tinha o dever legal de agir para evitar o resultado e podia fazê-lo;

(B) os soldados Porthos, Aramis e D'Artagnan irão responder pelo crime militar de violação de domicílio qualificada e com a causa de aumento de pena por estarem de serviço, sendo Porthos e Aramis coautores do delito e D'Artagnan partícipe, enquanto o sargento Athos responderá pelo crime militar de prevaricação, ao deixar de prender em flagrante os policiais militares acima referidos, visando a satisfazer o sentimento pessoal de amizade para com eles;

(C) os soldados Porthos e Aramis irão responder em coautoria pelo crime militar de violação de domicílio qualificada e com a causa de aumento de pena por estarem de serviço, enquanto o sargento Athos e o soldado D'Artagnan responderão pelo crime militar de prevaricação, ao deixarem de prender em flagrante os policiais militares acima referidos, visando a satisfazer o sentimento pessoal de amizade para com eles;

(D) os soldados Porthos e Aramis irão responder em coautoria pelo crime militar de violação de domicílio qualificada e com a causa de aumento de pena por estarem de serviço, enquanto o sargento Athos e o soldado D'Artagnan responderão pelo mesmo crime, mas com fundamento na omissão penalmente relevante, uma vez que tinham o dever legal de agir para evitar o resultado e podiam fazê-lo;

(E) os soldados Porthos, Aramis e D'Artagnan irão responder pelo crime militar de violação de domicílio qualificada e com a causa de aumento de pena por estarem de serviço, sendo Porthos e Aramis coautores do delito e D'Artagnan partícipe, enquanto o sargento Athos responderá pelo mesmo crime, mas com fundamento na omissão penalmente relevante, uma vez que tinha o dever legal de agir para evitar o resultado e podia fazê-lo.

10. FGV - 2022

Com base no Código Penal Militar, é **correto** afirmar que

(A) o Código Penal Militar estabelece as normas aplicáveis aos crimes militares e às infrações e transgressões disciplinares praticadas por militares.

(B) o erro de fato do Código Penal Militar não isenta o agente de pena, pois ao incidir sobre o fato que constitui o crime não importa se o erro é escusável ou inescusável, causando apenas uma atenuação da pena em medida proporcional ao erro.

(C) com exceção da modalidade culposa, o crime de ingresso clandestino do Código Penal Militar exige um dolo específico do agente de penetração em lugar sujeito à administração militar.

(D) a coação de ordem física não pode ser invocada pelo agente nos crimes em que há violação do dever militar.

(E) o erro de direito do Código Penal Militar está relacionado com a ignorância ou falsa interpretação da lei. A regra castrense diverge da do Código Penal Comum, uma vez que mesmo sendo escusável, o erro não exclui o dolo, mas apenas atenua ou permite a substituição da pena.

11. IBFC - 2022

No que se refere à Teoria do Crime, assinale a alternativa incorreta.

(A) não é culpado quem comete o crime em estrita obediência a ordem direta de superior hierárquico, em matéria de serviços

(B) pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime, diminuída de um a dois terços, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado

(C) pena pode ser atenuada ou substituída por outra menos grave quando o agente, salvo em se tratando de crime que atente contra o dever militar, supõe lícito o fato, por ignorância ou erro de interpretação da lei, se escusáveis

(D) salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente

(E) nos crimes em que há violação do dever militar, o agente poderá invocar coação irresistível física ou moral

12. FGV - 2021

Quanto às hipóteses de antijuricidade e culpabilidade aplicáveis ao Direito Penal Militar, assinale a afirmativa correta.

(A) Não é culpado o agente que violar dever militar sob coação moral irresistível.

(B) O estado de necessidade pode excluir a culpabilidade do agente ou o próprio crime, a depender do caso, conforme previsto no CPM.

(C) Tendo em vista a supremacia de regras e princípios próprios ao Direito Penal Militar, a embriaguez não é causa de exclusão da imputabilidade penal.

(D) Em regra, são imputáveis penalmente apenas os maiores de 18 anos, mas, excepcionalmente, podem responder por crime militar os menores, desde que se enquadrem nas hipóteses de “equiparação a maiores” previstas no CPM.

(E) O agente que, em legítima defesa, excede culposamente os limites da necessidade, responde pelo fato, se este for punível, a título de culpa, ainda que o excesso resulte de escusável surpresa ou perturbação de ânimo em face da situação.

13. FGV - 2021

Com base no Código Penal Militar, avalie as afirmativas a seguir.

I. O erro de direito do Código Penal Militar está relaciona com a ignorância ou falsa interpretação da lei. A regra castrense diverge da do Código Penal Comum, uma vez que mesmo sendo escusável, o erro não exclui o dolo, mas apenas atenua ou permite a substituição da pena.

II. O erro de fato do Código Penal Militar não isenta o agente de pena, pois ao incidir sobre o fato que constitui o crime não importa se o erro é escusável ou inescusável, causando apenas uma atenuação da pena em medida proporcional ao erro.

III. Nos crimes em que há violação do dever militar, as únicas hipóteses de coação, que podem ser invocadas pelo agente, são de ordem física ou material.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) III, apenas.

(D) I e II, apenas.

(E) I e III, apenas.

14. IBFC - 2018

Assinale a alternativa correta sobre a noção de culpa no Direito Penal Militar.

(A) Consiste na prática voluntária de um ato do qual decorre um resultado considerado crime, sem o cuidado e atenção devidos, que não foi querido nem previsto pelo agente, mas perfeitamente previsível

(B) Consiste na prática involuntária de um ato do qual decorre um resultado considerado crime, sem o cuidado e atenção devidos, que não foi querido nem previsto pelo agente, mas perfeitamente previsível

NOÇÕES DE DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

1. FGV - 2024

A República Federativa *Alfa* reconhece o Poder Judiciário como um dos poderes independentes da República. Em *Alfa* há um órgão de acusação independente e diferente do Judiciário, responsável por formular acusações criminais, tendo a iniciativa probatória.

Em *Alfa*, um acusado seria um sujeito de direitos no âmbito do processo penal, e os princípios democráticos do processo penal, tais como o princípio do Juiz Natural e da presunção de inocência, são reconhecidos.

A partir dos dados fornecidos, o país *Alfa* adota o sistema processual com traços mais marcantes do sistema

- (A) acusatório.
- (B) inquisitivo.
- (C) misto.
- (D) consensual.

2. FGV - 2024

Acerca dos princípios gerais e constitucionais do processo penal, avalie as afirmativas a seguir:

I. O princípio do duplo grau de jurisdição permite a revisão irrestrita do mérito de qualquer decisão judicial condenatória, independentemente do órgão prolator.

II. O princípio da ampla defesa tem como corolário a indisponibilidade da defesa técnica no processo penal, ainda que o réu eventualmente deseje abdicar dessa prerrogativa.

III. O princípio da publicidade impõe que todos os julgamentos do Poder Judiciário serão públicos, não sendo admissível qualquer limitação legal ao direito coletivo de informação.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

3. FCC - 2023

O direito de toda pessoa acusada de delito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior, previsto na Convenção americana de Direitos Humanos, refere-se diretamente do princípio

- (A) da presunção de inocência.
- (B) da motivação das decisões judiciais.
- (C) do juiz natural.
- (D) da identidade física do juiz
- (E) do duplo grau de jurisdição

4. FGV - 2022

Segundo orientação do Superior Tribunal de Justiça, o “poder geral de cautela”:

- (A) pode ser aplicado ao processo penal, havendo restrição a ele no que diz respeito às cautelares pessoais que, de alguma forma, restrinjam o direito de ir e vir da pessoa;
- (B) não pode ser aplicado ao processo penal, pois há incidência do princípio do procedimento tipificado;
- (C) pode ser aplicado ao processo penal, não havendo restrição a ele, pois há incidência da teoria dos poderes implícitos, capacitando o juiz criminal a atuar de forma livre;
- (D) não pode ser aplicado ao processo penal, pois há proibição decorrente do princípio do *nemo tenetur* se detegere e da vedação à analogia in malam partem;
- (E) pode ser aplicado ao processo penal, havendo restrição a ele no que diz respeito ao procedimento probatório que, de alguma forma, afete o direito de defesa.

5. FGV - 2022

No Brasil, o princípio da proibição da dupla persecução penal ou da vedação à dupla incriminação:

- (A) tem expressa previsão na Constituição da República de 1988;
- (B) não tem previsão normativa, o que impede sua aplicação;

- (C) tem expressa previsão no Código de Processo Penal;
- (D) não tem previsão normativa, decorrendo implicitamente da Constituição da República de 1988;
- (E) tem expressa previsão na legislação processual penal extravagante.

6. FCC - 2022

Dos direitos abaixo elencados, **NÃO** constitui corolário do princípio do devido processo legal:

- (A) contraditório.
- (B) Juiz natural.
- (C) proibição de prova ilícita.
- (D) sigilo do processo.
- (E) paridade de armas.

7. FGV - 2024

Demétrio é investigado e indiciado pela prática do crime de receptação qualificada. Demétrio comparece à delegacia com a sua defesa técnica e explica que gostaria de prestar esclarecimentos acerca dos fatos por considerar que a investigação é totalmente improcedente. O delegado de polícia, porém, conclui o inquérito sem ouvir as declarações do imputado por considerá-las irrelevantes; pois, segundo ele, além de dispor de todo o acervo probatório sobre a materialidade delitiva, e para não causar atropelo à persecução penal, o investigado poderia fazer uso do direito ao silêncio.

Em relação à situação-problema hipotética, considerando as disposições do Código de Processo Penal, da Constituição da República, e da Jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Embora não exista propriamente uma dialética na fase da persecução criminal, as declarações do imputado, quando deseja prestá-las, em sede policial, não poderão ser interpretadas como tumulto ou retardamento às investigações, pois elas podem esclarecer fatos, circunstâncias, e podem evitar a inobservância das normas constitucionais e legais na fase pré-processual.

() No curso do inquérito policial, conforme a disciplina do Código de Processo Penal, o imputado deve ser ouvido e não interrogado. Todavia, as declarações prestadas pelo investigado devem ser regidas pelas normas processuais relacionadas ao interrogatório judicial.

() Em âmbito judicial, formada a sua convicção acerca da autoria do crime, a dispensa do interrogatório do acusado, por parte do juiz, não deve conduzir à nulidade processual, se existirem outros meios probatórios disponíveis para a formação da verdade real.

() No modelo acusatório, o interrogatório do acusado, para além de ser um ato personalíssimo e defensivo, é ato tipicamente judicial; entretanto, em sede policial, considerando o interrogatório como um meio de prova e meio de defesa, o investigado deverá ser advertido pelo delegado de polícia de que o seu silêncio poderá prejudicar a sua defesa.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F – F.
- (B) V – V – F – V.
- (C) F – V – F – V.
- (D) F – F – V – F.
- (E) V – V – V – F.

8. FGV - 2024

João, delegado de polícia, foi cientificado sobre a ocorrência, na circunscrição da sua unidade policial, de um crime de latrocínio tentado, perseguível mediante ação penal pública incondicionada. Dessa forma, a autoridade policial, independentemente de qualquer provocação por parte da vítima, deflagrou um inquérito policial visando à apuração dos fatos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que a atuação de João, ao deflagrar a investigação, é uma manifestação da:

- (A) discricionariedade do inquérito policial;
- (B) confidencialidade do inquérito policial;
- (C) indisponibilidade do inquérito policial;
- (D) dispensabilidade do inquérito policial;
- (E) oficiosidade do inquérito policial.

9. FGV - 2024

Após ser cientificado sobre a existência de uma investigação em curso em seu desfavor, Caio entrou em contato com João, amigo de longa data e advogado atuante na seara criminal, o qual lhe orientou tecnicamente, informando-o sobre os regramentos aplicáveis ao inquérito policial e os desdobramentos daí decorrentes. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

(A) nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao Ministério Público, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

(B) o Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

(C) a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito, desde que não haja prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria.

(D) depois de arquivado o inquérito policial, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial somente poderá desarquivá-lo se obtiver provas novas.

(E) a autoridade policial assegurará, no inquérito, a publicidade inerente aos atos públicos, salvo decisão judicial em sentido contrário.

10. FGV - 2024

Durante um encontro entre amigos de infância, todos formados em Direito, João, Delegado de Polícia, foi indagado sobre o dia-a-dia da atividade desempenhada. Desta forma, o agente público acabou por tecer comentários sobre a presidência do inquérito policial, atraindo a atenção de todos os presentes. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

(A) o inquérito deverá terminar no prazo de cinco dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de quinze dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

(B) qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública ou privada, poderá, por escrito, comunicá-la à autoridade policial, a qual deverá instaurar inquérito policial para apurar os fatos.

(C) quando o fato for de difícil elucidação, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo máximo de cinco dias, se o indiciado estiver preso.

(D) a autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado, enviando cópia dos autos ao juiz competente, ao Ministério Público, à Defensoria Pública ou ao advogado constituído pelo indiciado.

(E) os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.

11. FGV - 2024

Instaurado inquérito policial para apurar o crime de tráfico de pessoas previsto no Art. 149-A do Código Penal, o Ministério Público requereu autorização judicial para que as empresas prestadoras de serviços de telecomunicação disponibilizassem imediatamente os meios técnicos adequados que permitissem a localização da vítima. Nesse contexto, é correto afirmar que:

(A) não havendo manifestação judicial no prazo de 12 horas, o Ministério Público requisitará às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados, com imediata comunicação ao juiz;

(B) poderá o representante legal da vítima, uma vez habilitado como assistente, não havendo manifestação judicial em 24 horas, requisitar às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados;

(C) não havendo manifestação judicial em 24 horas, o Ministério Público requisitará às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados, sendo desnecessária a comunicação ao juiz;

(D) não concordando o juiz com o requerimento ministerial, o magistrado abrirá vistas ao delegado de polícia, a fim de que este avalie a necessidade e a viabilidade da requisição diretamente às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações para a disponibilização dos meios técnicos adequados;

(E) não concordando o juiz com o requerimento ministerial, por entendê-lo não fundamentado, poderá o magistrado requisitar diretamente às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados.

12. FGV - 2022

João, indiciado em inquérito policial pela suposta prática de crimes de estelionato e falsidade ideológica, foi submetido a identificação criminal, embora civilmente identificado.

Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) o indiciado sempre poderá se recusar à identificação criminal.
- (B) o indiciado somente poderá ser submetido a identificação civil.
- (C) poderá o civilmente identificado ser submetido à identificação criminal, quando houver necessidade para a investigação ou dúvida quanto à identidade civil, nas hipóteses legalmente previstas.
- (D) a CRFB/88 proíbe a identificação criminal.
- (E) a lei não prevê hipótese excepcional de identificação criminal.

13. FGV - 2022

Fábio, delegado de polícia, determinou, de ofício, a instauração de inquérito policial para apurar a suspeita de roubo à residência de uma celebridade conhecida nas redes sociais. Ocorre que o dono da residência, que é pai da celebridade, ficou tenso ao ver nas redes sociais a notícia sobre o fato e resolveu requerer o arquivamento do inquérito para abafar o caso, evitando escândalos.

Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) o inquérito policial não pode ser instaurado de ofício pelo delegado de polícia.
- (B) o inquérito policial deve sempre ser instaurado pelo delegado de polícia.
- (C) o delegado de polícia, tomando conhecimento da prática de uma infração penal de ação penal pública condicionada à representação não deve instaurar o inquérito policial, ainda que tenha a vítima representado.
- (D) o delegado de polícia, tomando conhecimento da prática de uma infração penal de ação penal pública incondicionada deve instaurar, de ofício, o inquérito policial.
- (E) o inquérito deve ser arquivado, diante do requerimento do dono da residência.

14. FGV - 2024

Thiago agrediu verbal e fisicamente sua esposa Nicole, após crise de ciúmes. Ato contínuo, Nicole comunicou o fato à autoridade policial, que instaurou inquérito policial.

Finda a investigação, entendendo presentes a autoria e materialidade do fato típico, o delegado de polícia indiciou Thiago pelo crime de lesão corporal decorrente da condição do sexo feminino, o qual, segundo o art. 129, § 13, do Código Penal, é punido com pena de reclusão, de um ano a quatro anos.

Recebidos os autos no Ministério Público, tanto Thiago quanto Nicole informaram ao promotor de justiça com atribuição para o caso que o ocorrido havia sido uma situação pontual. Outrossim, Nicole disse que não desejava ver Thiago sendo processado criminalmente.

Em tal contexto, caberá ao promotor de justiça propor

- (A) acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente à reprovação e prevenção do crime, cumpridas as condições estabelecidas no acordo.
- (B) transação penal, nos termos da Lei nº 9.099/1995, uma vez que a infração penal praticada por Thiago é de menor potencial ofensivo, não cabendo a celebração de acordo de não persecução penal na hipótese.
- (C) ação penal, pois incabível a celebração de acordo de não persecução penal, exclusivamente em razão da pena aplicável em abstrato à infração penal.
- (D) a ação penal, pois incabível a celebração de transação penal, bem como de acordo de não persecução penal na situação narrada, diante da natureza da infração penal
- (E) acordo de não persecução penal, independentemente das condições que vierem a ser estabelecidas no acordo, bem como de sua efetividade para a reprovação da infração penal.

15. FGV - 2024

Assinale a opção que retrata uma hipótese de cabimento, em tese, de oferta de Acordo de Não Persecução Penal.

- (A) Augusto, primário e sem antecedentes, é acusado de delito de injúria racial, e confessa, formal e circunstancialmente, o cometimento do crime, comprometendo-se a indenizar a vítima.

NOÇÕES DE CRIMINOLOGIA

1. FGV - 2024

Na segunda metade do século XIX, o jurista alemão Franz von Liszt desenvolveu a chamada Ciência Total do Direito Penal (ou Ciência Conjunta do Direito Penal). Em relação ao tema, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A Criminologia, a Política Criminal e a Dogmática Jurídico-Penal são saberes que integram a Ciência Total do Direito Penal na acepção de von Liszt.
- (B) A Dogmática Jurídico-Penal é constituída pelo conjunto de normas e princípios referentes às leis penais e processuais penais.
- (C) A Política Criminal pressupõe a adoção de políticas públicas em vistas à redução da criminalidade e da violência.
- (D) A Criminologia é uma ciência que se notabiliza por empreender análise empírica e interdisciplinar sobre a questão criminal.
- (E) A Criminologia é uma ciência do campo do dever ser voltada à definição das condutas permitidas e das condutas desviantes.

2. FCC - 2018

Sobre a genealogia do pensamento penal, considere:

I. A pena tem, sem dúvida, origens mágicas e religiosas. O elemento religioso foi especialmente preponderante nas origens de Roma, destacando que o termo *suplício* (no sentido de pena e, mais concretamente, de pena capital) possui uma origem religiosa: *supplicium* deriva de *sub* e *placare*; apaziguar ou aplacar, nestecaso, aos deuses.

II. Em tempos remotos, a responsabilidade penal era, muitas vezes, objetiva, e a subjetividade só foi estruturada com a adoção da Lei do Talião. A clássica fórmula “olho por olho, dente por dente” aparece em muitos textos históricos, como no livro do Êxodo no Antigo Testamento.

III. Desde suas origens históricas, a pena foi uma reação social contra o membro da comunidade que transgrediu as regras de convivência e com isso colocou em perigo os interesses da comunidade.

IV. As contribuições do Iluminismo foram muito importantes como crítica ao poder absoluto anterior, entretanto, as ideias iluministas estavam até certo pontodesordenadas. A Escola Clássica traz pela primeira vez a ordem, já que considera o delito como uma construção jurídica. Contudo, pode-se duvidar seriamente de que se trate de uma Escola, pois suas concepções eram bastante heterogêneas.

V. O positivismo jurídico sociológico, que teve como seu principal defensor Karl Binding, passa a proteger o Direito contra a realidade, sem considerar nenhumaavaliação metajurídica.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e V.
- (D) II, III e V.
- (E) IV.

3. FCC - 2018

O trecho abaixo integra uma letra musical do grupo Facção Central. Dentre as várias formas de interpretação desse fragmento escrito, pode-se dizer que ele suscita areflexão sobre as técnicas de prevenção dos delitos e as formas alternativas de solução de conflitos.

“(...) Ocupamos os bondes dos 157 em transferência
Porque não fomos convidados pras feiras de ciência
Pela indução diária a trilha dos para-fal
Em vez de pena merecíamos perdão judicial.”

Com relação às funções da criminologia, e com base no trecho apresentado acima, é correto afirmar que (A) as situações de perdão judicial são vedadas às análises criminológicas.

(B) a criminologia é uma matéria jurídica que veda reflexões teóricas sobre as realidades fáticas ou as narrativas artísticas.

(C) a identificação da autoria do crime, o isolamento do local do fato e a realização das perícias são abordagens exclusivas da criminologia.

(D) a reflexão suscitada é uma das funções da criminologia.

(E) a criminologia se ocupa do “dever ser” e, por isso, representações sociais (como expressões artísticas) devem ser excluídas de qualquer estudo.

4. FCC - 2013

Sobre a criminologia é INCORRETO afirmar:

(A) estuda crimes socialmente relevantes, tendo interesse em estudar homicídios dolosos e roubos.

(B) moderna tem como meta erradicar as causas do crime, pois desta forma também se estará eliminando os seus efeitos.

(C) tem como um dos objetivos orientar a política criminal na prevenção especial e direta dos crimes socialmente relevantes.

(D) é uma ciência que trata do delito, do delinquente e da pena.

(E) é um conjunto de conhecimentos que estuda o fenômeno e as causas da criminalidade, a persona-

lidade do delinquente e sua conduta delituosa, incluindo também a maneira de ressocializá-lo.

5. FGV - 2022

“Dos delitos e das penas” é um tratado escrito em 1764 por Cesare Beccaria, e é considerado a expressão do pensamento filosófico e político europeu sobre a pena e as ditas ciências penais – o que conhecemos também como movimentos penais ilustrados.

Considerando este momento da história do pensamento criminológico, avalie as afirmativas a seguir.

I. Os movimentos penais ilustrados são responsáveis pela fundação da criminologia enquanto disciplina e são a base do Direito Penal moderno.

II. As origens iluministas da criminologia encontram-se justamente na ascensão do racionalismo como forma de se opor ao utilitarismo das relações sociais feudais.

III. Embora os fundamentos filosóficos das funções atribuídas à pena sejam historicamente anteriores, a sistematização de uma teoria da pena no século XVIII está associada à limitação do poder punitivo do Estado.

IV. A Escola Clássica italiana, integrante dos movimentos penais ilustrados, foi a única a se aproximar de uma hipótese determinista, pela qual o caráter criminoso do indivíduo é um traço que o diferencia dos demais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II e IV apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

6. FCC - 2022

O positivismo criminológico

- (A) constitui uma continuidade da Escola Clássica, aprofundando suas ideias a partir do mesmo paradigma metodológico.
- (B) rejeita o viés etiológico ao buscar o desenvolvimento de um plano individualizador da pena.
- (C) sofreu um abandono teórico que teve como decorrência a ausência de reflexos em práticas atuais e no direito contemporâneo.
- (D) revela, em seus estudos, a primazia do livre-arbítrio na compreensão do fenômeno criminoso.
- (E) primou pela aplicação do método científico no qual a observação direta e a experiência assumem papel decisivo.

7. FGV - 2022

Assinale a opção que **diverge** das análises da teoria econômica do crime.

- (A) O aumento da renda média do trabalhador tende a diminuir as taxas de criminalidade, na medida em que reduz o benefício marginal do delito.
- (B) A gravidade da pena é um fator relevante na dissuasão de potenciais criminosos.
- (C) Avaliações equivocadas de custo-benefício podem resultar na opção de exasperar a pena de um crime em vez de investir no aumento da taxa de es-

clarecimento de casos.

(D) O indivíduo que decide cometer um crime age motivado por razões essencialmente distintas daquelas que movem as pessoas que se comportam de forma lícita.

(E) Dada a elasticidade reduzida da demanda por drogas, é mais eficiente legalizá-las e tributá-las, tendo em vista os custos sociais elevados da criminalização desse comércio.

8. FCC - 2018

Sobre as escolas criminológicas, é correto afirmar:

- (A) A Escola de Chicago fomentou a utilização de métodos de pesquisa que propiciou o conhecimento da realidade da cidade antes de se estabelecer a política criminal adequada para intervenção estatal.
- (B) A teoria da rotulação social busca compreender as causas da criminalidade por meio do processo de aprendizagem das condutas desviantes.
- (C) O positivismo criminológico desenvolveu a ideia de criminoso nato, aplicável contemporaneamente apenas aos inimizáveis.
- (D) O abolicionismo penal de Louk Hulsman defende o fim da pena de prisão e um direito penal baseado em penas restritivas de direito e multa.
- (E) A teoria da subcultura delinquente foi o primeiro conjunto teórico a empreender uma explicação generalizadora da criminalidade.

9. FCC - 2016

Sobre a escola positivista da criminologia, é correto afirmar:

- (A) Sua recepção no Brasil recebeu contornos racistas, notadamente no trabalho antropológico de Nina Rodrigues.
- (B) É uma escola criminológica ultrapassada e que já influenciou a legislação penal brasileira, mas que após a Constituição Federal de 1988 não conta mais com institutos penais influenciados por esta corrente.
- (C) Por ter enveredado pela sociologia criminal, Enrico Ferri não é considerado um autor da escola positivista, que possui viés médico e antropológico.
- (D) O método positivista negava a importância da pesquisa empírica, que possivelmente a levaria a resultados diversos daqueles encontrados pelos seus autores.
- (E) A escola positivista ainda não chega a considerar a concepção da pena como meio de defesa social, que é própria de escolas mais modernas da criminologia.

10. FGV - 2024

A partir de 1994, sob a administração de Rudolph Giuliani como Prefeito de Nova York (EUA), implementou-se um modelo de política criminal com vistas ao policiamento ostensivo nas ruas e adoção de punições severas a contravenções e crimes menores. Este modelo veio a ser conhecido como

- (A) Tolerância zero.
- (B) Direito penal do inimigo.
- (C) Política criminal atuarial.
- (D) Direito penal mínimo.
- (E) Populismo penal.

11. FGV - 2024

A Criminologia é o ramo da Ciência Penal que abrange os conhecimentos relativos ao delito como fenômeno social, inclusive os processos de elaborar as leis, infringir leis e reagir à infração das leis.

Acerca das teorias criminológicas, analise as afirmativas a seguir.

I. A teoria ecológica do delito foi criada no contexto da Escola de Chicago e consiste na sustentação, baseada em pesquisas empíricas, da correlação entre o ambiente comunitário e a formação de determinados padrões infracionais.

II. A teoria da associação diferencial, também chamada de teoria da aprendizagem social, preconiza que as racionalidades motivacionais e metodológicas que envolvem o cometimento de ilicitudes podem ter origem genética, mas são principalmente transmitidas em circunstâncias específicas no curso da convivência grupal.

III. Os chamados crimes do colarinho branco são infrações praticadas por indivíduos dotados de elevado status socioeconômico no curso de atividades filantrópicas, sendo a razão pela qual as cifras negras não incidem sobre tais comportamentos ilícitos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

12. FGV - 2022

As opções a seguir apresentam postulados da teoria da associação diferencial, desenvolvida pelo criminólogo estadunidense Edwin Sutherland, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Em suas interações sociais, indivíduos aprendem valores, comportamentos e habilidades que explicam por que algumas pessoas cometem determinados tipos de crimes.
- (B) A teoria explica por que pessoas de classes sociais mais altas têm maior probabilidade de cometer crimes do colarinho branco que delitos patrimoniais violentos.
- (C) Medições antropométricas divergentes do padrão podem auxiliar na identificação da propensão delitiva em alguém.
- (D) O comportamento criminoso é aprendido principal-

mente em grupos de pessoas com intimidade entre si; assim, meios de comunicação de massa têm menor influência nesse sentido.

(E) A pessoa torna-se criminosa em virtude da preponderância de fatores propícios à violação da lei em seu meio social.

13. FCC - 2021

O pensamento de Émile Durkheim trouxe importantes influxos para a criminologia. Sobre sua obra, é correto afirmar que

(A) a teoria da anomia conformou o pensamento crítico de resistência ao positivismo criminológico latino-americano ao reconhecer o estado de organização social sob uma perspectiva decolonial.

(B) a punição recebeu importância lateral, já que sua obra foi forjada no sentido de entender o crime e suas motivações, preocupações centrais do pensamento social revolucionário.

(C) rejeita a importância da solidariedade social para compreender o fenômeno social e a criminalidade, como faziam os estudiosos do positivismo criminológico.

(D) a reação social ao delito, mais do que suas causas, é o fundamento que possibilita a crítica do sistema penal moderno.

(E) a pena é um ato de imposição de sofrimento ao ser humano que, todavia, é considerado justo ante o abalo proporcionado à consciência coletiva pela conduta criminosa.

14. FCC - 2018

O funcionalismo na criminologia

(A) surge com a dogmática contemporânea alemã e suas inovações em matéria de prevenção do delito.

(B) reúne as escolas que se enquadram na crítica à guerra às drogas e o consequente controle social da pobreza que engendra.

(C) opôs-se à Escola Positivista ao propor um modelo social baseado no conflito e no papel do sistema penal na luta de classes.

(D) fundamenta os movimentos de lei e ordem e de tolerância zero surgidos na Europa na década de 1980.

(E) defende que a pena tem como função a manutenção da coesão e harmonia social em um quadro social caracterizado pelo consenso.

15. FGV - 2025

Acerca das Escolas da Criminologia, assinale (V) para a afirmativa **verdadeira** e (F) para a **falsa**.

() A Escola Clássica da Criminologia tem, como objeto principal de estudo, o crime como um ente jurídico.

() A Escola da Criminologia Positivista tinha como principais adeptos Cesare Beccaria, Enrico Ferri e Raffaele Garofalo.

() A Escola da Criminologia Crítica recebe influência da Teoria do Labelling Approach

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – V.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

16. FGV - 2024

Sobre a Teoria do Labeling Approach, marque V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

() Para a Teoria do Labeling Approach, a noção de crime e criminoso são construídas socialmente a partir da definição legal.

() Labeling Approach ou Teoria do Etiquetamento é aquela segundo a qual o criminoso já nasce marcado por características biológicas que o conduzem à práticacriminosa.

() De acordo com a Teoria do Labeling Approach a ação das forças policiais e do Poder Judiciário em nada contribuem para a estigmatização criminal de certos grupos sociais.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) V – F – F.
- (D) F – V – F.
- (E) F – F – V.

17. FGV - 2023

Sobre a teoria do Labelling Approach e a doutrina de criminologia, é correto afirmar que

- (A) há uma diferença significativa entre os crimes que existem no mundo real e aqueles que são apurados pelo sistema penal.
- (B) é também conhecida como teoria do etiquetamento social e possui relação direta com a seletividade do sistema penal.
- (C) é conhecida como cifra dourada da criminalidade, defendendo que determinadas esferas sociais têm um tratamento privilegiado no sistema penal.
- (D) é sinônimo de abolicionismo penal e defende o fim do direito penal como forma de solução de conflitos.
- (E) é a teoria defendida por Lombroso e estabelece o conceito de um criminoso nato.

18. FCC - 2022

De acordo com a Escola de Chicago,

- (A) a subcultura delinquente é o fator determinante do fenômeno criminal.
- (B) as características da cidade podem ter papel etiológico nos processos de delinquência.
- (C) o encarceramento em massa da pobreza é uma decorrência da instauração de um Estado Penal no âmbito das cidades.
- (D) a criminalização da mulher por meio da tipificação do aborto deve ser abolida.
- (E) as prisões possuem caráter criminógeno e devem ser adotadas políticas contra a prisionização.

19. FCC - 2022

Para o labeling approach

- (A) a etiqueta imposta ao criminalizado é uma confirmação de sua tendência à criminalidade.
- (B) a criminalização secundária incide prioritariamente sobre as mulheres em razão das raízes patriarcais do sistema penal.
- (C) o comportamento desviado existe ontologicamente e a reação social ao delito impõe uma etiqueta estigmatizante no sujeito criminalizado.
- (D) o crime organizado é uma forma de resistência ao poder punitivo estatal com possibilidades revolucionárias.
- (E) o desviado é aquele que ao realizar um comportamento não desejado recebe uma etiqueta que o marcará para seus comportamentos futuros.

20. FCC - 2022

A teoria da subcultura delinquente

- (A) oferece uma explicação generalizadora da criminalidade, abarcando a chamada criminologia verde (green criminology).
- (B) tem na construção de Albert Cohen o negativismo da conduta como um de seus elementos caracterizadores.
- (C) restringe seu objeto ao momento de criminalização primária.
- (D) expõe a dominação de classe como eixo central do sistema penal, com a imposição de uma cultura sobre a outra.
- (E) possui as ferramentas explicativas do crescimento da criminalização das mulheres no Brasil contemporâneo.

21. FGV - 2021

Acerca das **Escolas da Criminologia**, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) A Escola da Criminologia Clássica tem ênfase na implementação de políticas criminais preventivas.
- (B) A Escola da Criminologia Científica Moderna tem como principais teóricos Césare Lombroso, Enrico Ferri e Rafael Garófalo.
- (C) A Escola da Criminologia Crítica analisa a seletividade e propõe a deslegitimação do sistema penal.
- (D) A Escola da Criminologia Positivista tem como principal expoente Césare Beccaria.
- (E) A Escola da Criminologia Positivista rechaça a análise científica sobre a criminalidade.

22. FCC - 2017

A teoria do labelling approach

- (A) também é conhecida como teoria da anomia e exerceu forte influência sobre o funcionalismo penal.
- (B) possui uma perspectiva transdisciplinar na discussão da questão urbana e da ecologia criminal.
- (C) surge no Reino Unido na década de 1950 em reação à teoria da associação diferencial.
- (D) tem o interacionismo simbólico na sociologia como forte influência para seu desenvolvimento em

SEGURANÇA PÚBLICA

1. FGV - 2024

A experiência tem demonstrado que quanto melhor for o isolamento do cenário da crise, mais fácil se torna o seu gerenciamento. Esse isolamento ocorre por meio de perímetros táticos. Ao estabelecer esses perímetros, pode-se então realizar a organização do cenário da crise.

É comum a doutrina organizar os perímetros táticos em:

- (A) teatro de operações, perímetro impactado, perímetro aberto;
- (B) ponto crítico, perímetro interno e perímetro externo;
- (C) perímetro de descanso, perímetro de socorro e perímetro de risco;
- (D) perímetro de assessores, perímetro de apoio e perímetro técnico;
- (E) posto de comando, perímetro de comunicação e perímetro de inteligência.

2. FGV - 2024

O posto de comando (PC) de um evento crítico define-se como uma central de atuação do gerente da crise e demais pessoas envolvidas na ocorrência. “É a sede de autoridade para as operações de campo. Nesta condição, o PC centraliza a autoridade e o controle na cena de ação. Também serve como ponto de tomada de decisões para os subordinados”. A organização de um PC é fundamental para desenvolver e realizar bem as suas funções.

Os requisitos básicos para o funcionamento do PC são:

- (A) espaço destinado às coletivas de imprensa;
- (B) proximidade com a imprensa e rápido acesso a restaurantes;
- (C) presença do maior número de autoridades e seus assessores;
- (D) instalação no perímetro externo;
- (E) espaço para reunião, sistema de comunicação e protocolos.

3. FCC - 2024

Considere a seguinte afirmação sobre o tratamento de riscos desenvolvido por Lorenzetti et al (2010, p.54):

- (I) é o processo de avaliação das
- (II) dos sistemas e das ameaças relacionadas a eles. Sua dinâmica identifica os riscos, as origens desses e suas prováveis consequências, fornecendo a base para o estabelecimento de programas de segurança efetivos.
- (III) é o processo de implementação e manutenção de contramedidas (sistemas de proteção ou ações de segurança) que reduzam os efeitos dos riscos (IV).

Preenchem, correta e respectivamente, as lacunas I, II, III e IV :

- (A) A análise de riscos - vulnerabilidades - Gerenciamento de riscos - a uma condição aceitável
- (B) O gerenciamento de riscos - vulnerabilidades - Enfrentamento de riscos - a uma condição favorável
- (C) A análise de riscos - possibilidades - Gestão de riscos - inexistentes
- (D) A análise de riscos - possibilidades - Enfrentamento de riscos - a uma condição aceitável
- (E) O gerenciamento de riscos - ameaças - Análise de riscos - inexistentes

4. FCC - 2024

Para responder a questão, considere a Resolução do Conselho Superior de Justiça do Trabalho (CSJT) nº 315/2021 e alterações.

São consideradas medidas mínimas de segurança a serem implementadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho:

I. Instalação de sistema de segurança eletrônico, bem como circuito fechado de televisão e monitoramento, com exceção das salas de audiência e áreas adjacentes.

II. Instalação de pódio detector de metais e catracas, aos quais devem se submeter todos que acessarem as dependências, ainda que exerçam cargo ou função pública, incluindo os magistrados, os integrantes de escolta de presos e os agentes ou inspetores da polícia judicial que tenham lotação ou sede de seus cargos e funções nas dependências dos Tribunais.

III. Realização de avaliação de risco, caso optem por instalação de agências bancárias e caixas eletrônicos, submetida à prévia análise técnica da unidade de polícia judicial, em conjunto com o segmento responsável da respectiva instituição financeira.

IV. Disponibilização de veículos blindados, inclusive os apreendidos, aos magistrados em situação de risco real ou potencial, bem como serviço de escolta, após avaliação pelas Comissões Permanentes de Segurança dos Tribunais.

Obrigatoriedade do uso de crachás para usuários e, quando possível, outros meios de identificação para os servidores dos Tribunais.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

- (A) II, IV e V
- (B) I e V
- (C) I e III
- (D) I, II e IV
- (E) III e IV

5. FCC - 2023

O agente de polícia judicial no desempenho de suas atribuições deve atuar em conjunto com os órgãos de segurança pública principalmente no tocante ao compartilhamento de informações de interesse de segurança e complementação das estratégias de segurança do Tribunal. Para tanto, o conhecimento do funcionamento do sistema de segurança pública e atribuições constitucionais dos órgãos que o compõem é de extrema importância.

Considere as seguintes afirmações:

I. A manutenção da ordem pública na região onde está instalado o Tribunal é exercida pela Polícia Militar.

II. A polícia federal exerce as atribuições de polícia judiciária da união de forma compartilhada com as polícias civis dos respectivos estados.

III. Os Corpos de Bombeiros dos Estados têm caráter militar e fazem parte do sistema de segurança pública.

IV. A atividade de defesa civil compõe o sistema de segurança pública nacional.

V. Os agentes de trânsito não são considerados de segurança pública.

VI. As polícias penais são órgãos independentes e vinculados ao sistema administrativo penal e ainda assim compõem o sistema de segurança pública.

VII. Todos os municípios devem constituir Guardas Municipais, destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

(A) V, VI e VII.

(B) I, II e IV.

(C) III, IV e VI.

(D) I, III, IV e VII.

(E) II e VI.

6. FGV - 2022

João, policial civil no Estado Alfa, com grande representatividade junto à classe, exortou seus colegas de profissão a expressarem sua opinião, por meio da internet, blogs, sites e fóruns, a respeito das condições de trabalho e das dificuldades enfrentadas no confronto com criminosos. Além disso, pleiteava que deveria ser valorizada a participação dos profissionais da área de segurança pública não só nos processos democráticos de debate, como na formulação das políticas públicas da área.

As declarações de João foram mal recebidas por seus superiores hierárquicos, que as consideraram dissonantes das Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública.

Instado a se pronunciar, um advogado respondeu que as declarações de João

(A) eram parcialmente dissonantes das diretrizes, tanto na parte em que exortavam a emissão de opinião para a coletividade em geral, a respeito de assuntos internos, como ao defender a participação de agentes armados em arenas democráticas.

(B) eram parcialmente dissonantes das diretrizes, **apenas** na parte em que exortavam a participação

dos profissionais da área de segurança na formulação das políticas públicas que eles próprios executariam.

(C) eram parcialmente dissonantes das diretrizes, **apenas** na parte em que exortavam a participação dos profissionais nos processos democráticos de debate, embora portassem armas.

(D) eram parcialmente dissonantes das diretrizes, **apenas** na parte em que exortavam a emissão de opinião pessoal, para a coletividade em geral, a respeito de assuntos internos.

(E) estavam totalmente corretas e em perfeita harmonia com as referidas Diretrizes.

7. FGV - 2022

A respeito da atividade policial no Brasil, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Os delegados das polícias civis presidem aos inquéritos policiais sobre delitos de competência da justiça comum estadual.

() A atividade de polícia judiciária da União incumbe, em suas respectivas áreas de atuação, à Polícia Federal, à Polícia Rodoviária Federal e à Polícia Ferroviária Federal.

() As polícias militares são responsáveis pela garantia da ordem pública e pelo policiamento ostensivo. As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – F – V.

(B) F – F – V.

(C) F – V – F.

(D) V – V – V.

(E) F – F – F.

8. FGV - 2022

Assinale a conclusão que não corresponde às informações do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 acerca das mortes violentas intencionais (MVI).

(A) A taxa de MVI no Brasil tem crescido lentamente desde 2017.

(B) Cerca de 80% de todas as vítimas de MVI são pessoas negras.

(C) Em 2021, as mortes decorrentes de intervenções policiais foram a maior causa de MVI entre jovens de 18 a 24 anos.

(D) A região Norte foi a única que registrou aumento na taxa de MVI entre 2020 e 2021.

(E) As armas de fogo foram o instrumento usado em mais de 3/4 das MVI registradas em 2021.

9. FGV - 2021

Acerca da **participação popular** na Segurança Pública, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) Tem fundamento na Constituição Federal de 1988, que estabelece, em seu Art. 144, a Segurança Pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.

(B) As conferências estaduais e nacionais de Segurança Pública preconizam a construção de espaços de negociação, busca de consensos, democratiza-

ção ecorresponsabilidade entre o Estado e a sociedade civil.

(C) Possibilita a implementação de políticas de Segurança Pública dotadas de maior eficácia e caráter preventivo.

(D) Preconiza o incremento da credibilidade e confiança dos órgãos de Segurança Pública perante a sociedade civil.

(E) Tem ênfase na busca de planos de Segurança Pública democratizantes, orientados para maior efetividade a partir da confissão espontânea de autores de delitos.

10. FGV - 2021

No combate à ação de milícias privadas, devem ser observados alguns **critérios de identificação** por parte dos órgãos de Segurança Pública.

Alguns desses critérios estão listados à seguir, à **exceção de um**. Assinale-o.

(A) Domínio territorial, ânimo de lucro e participação ativa e reconhecida de agentes do Estado.

(B) Organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão.

(C) Controle territorial coativo e discurso de legitimação referido à proteção dos moradores e à instauração de uma ordem.

(D) Controle de um território e da população que nele habita por parte de um grupo armado irregular.

(E) Cooperação da sociedade civil armada com os órgãos de segurança pública.

11. FGV - 2014

A Secretaria Nacional de Segurança Pública, quando da regulamentação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP), fixou diversas conceituações. Alternativa que apresenta a correta conceituação é:

(A) “informação” é a que tem por finalidade a produção de conhecimento que habilite as autoridades governamentais, nos respectivos níveis e áreas de atribuição, à oportuna tomada de decisões ou elaboração de planos, fornecendo subsídios à administração institucional para formulação, execução e acompanhamento de políticas próprias;

(B) “conhecimento” é a representação de um fato real, por meio do processo de difusão, após a realização das atividades de coleta e análise, levando ao órgão assessorado os requisitos essenciais para sua atuação;

(C) “atividade de informação” é o conjunto de dados que possui relevância e aplicação útil, exige unidade de análise e consenso em relação ao seu conteúdo;

(D) “tomada de decisão” é a representação de um fato ou de uma situação, real ou hipotético, de interesse para a atividade de inteligência de segurança pública, com exame e processamento pelo profissional de inteligência, oportunizando-se uma escolha;

(E) “dado” é qualquer representação de um fato ou de uma situação, passível de estruturação, obtenção, quantificação e transferência, sem exame e processamento pelo profissional de inteligência de

segurança pública.

12. FGV - 2012

A defesa nacional e a segurança pública requerem permanente atenção do Estado brasileiro. A Constituição Federal (1988) separa as diversas responsabilidades e atribuições inerentes à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e à segurança pública. Nesse sentido, é **INCORRETO** afirmar que:

(A) As Forças Armadas (FA) são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

(B) A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por intermédio dos seguintes órgãos: polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; polícias militares e corpos de bombeiros militares; guarda nacional e guardas municipais.

(C) A Polícia Federal, órgão permanente organizado e mantido pela União tem, entre outras atribuições, as de apurar infrações penais contra a ordem política e social; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho; e exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

(D) Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

(E) As polícias militares, corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

13. FCC - 2024

No que diz respeito à fiscalização de arma de fogo institucional, no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, considere:

I. Em caso de sobreaviso, o servidor que utiliza arma de fogo Institucional pode manter sua guarda em residência, independente de autorização do titular da unidade de polícia do Tribunal.

II. O titular da unidade de polícia do Tribunal pode autorizar ao agente que cumpriu missão externa e não pôde, em razão do horário do término da missão, depositá-la em local de destinação nas dependências do Tribunal que guarde a arma de fogo em sua residência até o próximo expediente.

III. **Apenas** o Presidente do respectivo Tribunal Regional do Trabalho é autoridade para autorizar a guarda, em residência, de arma de fogo institucional aos servidores expostos a necessidade de proteção em razão do desempenho de sua função.

IV. Ao servidor, quando constatada a necessidade de proteção em razão do desempenho da sua função, é autorizada a guarda de arma de fogo na residência, independente de autorização expressa.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

- (A) I
- (B) II e IV
- (C) I e III
- (D) II
- (E) III

14. FGV - 2022

Em tema de regime jurídico-administrativo e de organização administrativa, de acordo com a Constituição da República de 1988, observada a pertinência temática, a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, individual ou conjuntamente com outros órgãos e entidades da administração pública, deve:

- (A) abster-se de realizar avaliação das políticas públicas, sob pena de usurpação de competência privativa do governador do Estado;
- (B) abster-se de realizar avaliação das políticas públicas, sob pena de violação do princípio da separação dos poderes e usurpação de competência do Legislativo;
- (C) realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei;
- (D) realizar planejamento e execução das políticas públicas, vedada a divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, por questão de sigilo inerente à área de segurança pública, na forma da lei;
- (E) executar políticas públicas em matéria criminal, previamente planejadas pelo Ministério Público, vedada a divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, por questão de sigilo inerente à área de segurança pública, na forma da lei.

15. FCC - 2022

A política penitenciária no Brasil pós-Constituição de 1988 caracterizou-se

- (A) pelo substantivo incremento de serviços voltados à ressocialização, próprios do previdenciário penal vigente no período.
- (B) pelo incremento dos direitos fundamentais, notadamente da dignidade da pessoa humana e da proibição de penas cruéis, a despeito do crescimento da população prisional.
- (C) por uma política de desencarceramento que foi corroborada pelo Supremo Tribunal Federal ao reconhecer o Estado de Coisas Inconstitucional do sistema prisional brasileiro.
- (D) pela transparência do ambiente prisional e pela melhora das condições de vida nas prisões, reduzindo-se a superlotação prisional.

do-se a superlotação prisional.

(E) pela expansão e interiorização da rede de presídios, além da implementação de políticas de confinamento extremo como o regime disciplinar diferenciado.

16. FCC - 2018

A Lei nº 13.690/2018 trouxe um novo modelo organizacional da segurança pública no País, prevendo a

- (A) criação do Ministério da Segurança Pública.
- (B) elevação do Secretário Nacional da Segurança Pública ao mesmo patamar dos Ministros de Estado, dentro do Organograma do Ministério da Justiça.
- (C) elevação do Secretário Nacional da Segurança Pública ao mesmo patamar dos Ministros de Estado, dentro do Organograma do Ministério da Defesa.
- (D) criação do Ministério da Segurança Pública e da Defesa, unindo dois antigos Ministérios em um só.
- (E) criação do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, unindo dois antigos Ministérios em um só.

17. FCC - 2014

Considere os trechos abaixo da Constituição Federal.

“Art. 5º, IV: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato...”

Art. 144, caput: A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio...”

As manifestações populares que tomaram as ruas do Brasil em 2013, suscitaram em vários desses episódios a intervenção das forças de segurança pública. Levando-se em conta os trechos mencionados da Constituição, políticas públicas de segurança preconizam, dentre outros aspectos:

I. Forças de segurança dotadas de espírito agressivo para lidar com as manifestações de rua.

II. Impedir os ajuntamentos populares nas ruas que visem a protestar, reivindicar ou manifestar ideias.

III. Garantir a segurança e a integridade física dos manifestantes no exercício de seu direito de reivindicar ou protestar.

IV. Permitir aos manifestantes a prática de todas as ações que desejarem empreender em seus protestos e reivindicações.

V. Proteger os patrimônios público e privado de depredações e destruições.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

- (A) I, II e V.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e II.
- (D) III e V.
- (E) II e V.